

UFRRJ
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

DISSERTAÇÃO

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA E O PROJETO
PEDAGÓGICO PARA A FORMAÇÃO DA CLASSE
TRABALHADORA: UMA ANÁLISE DOS ANOS DO GOVERNO
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES (2003-2010)

BÁRBARA SILVA EVANGELISTA

2022



UFRRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**Confederação Nacional da Indústria e o projeto pedagógico para a
formação da classe trabalhadora: uma análise dos anos do governo do
Partido dos Trabalhadores (2003-2010)**

BÁRBARA SILVA EVANGELISTA

Sob a orientação do professor

Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Biblioteca Central / Seção de Processamento
Técnico Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

E92c Evangelista, Bárbara Silva, 1995-
Confederação Nacional da Indústria e o projeto pedagógico para a formação da classe trabalhadora: uma análise dos anos do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2010) / Bárbara Silva Evangelista. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2022.
106 f.

Orientador: Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2022.

1. Confederação Nacional da Indústria. 2. Hegemonia. 3. Educação Profissional. I. Lamosa, Rodrigo de Azevedo Cruz , 1974-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 399 / 2022 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.023017/2022-81

Seropédica-RJ, 13 de abril de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

BARBARA SILVA EVANGELISTA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/02/2022

Conforme **deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Membros da banca:

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA. Dr. UFRRJ (Orientador /Presidente da Banca).

EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA. Dr. IFRJ (Examinador Externo à Instituição).

MARCO VINÍCIUS MOREIRA LAMARÃO. Dr. IFF (Examinador Externo à Instituição).

THIAGO VASQUINHO SIQUEIRA. Dr. (Examinador Externo à Instituição).

(Assinado digitalmente em 29/04/2022 13:57)

RODRIGO DE AZEVEDO CRUZ LAMOSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matrícula: 1941477

(Assinado digitalmente em 23/06/2022 23:32)

MARCO VINÍCIUS MOREIRA LAMARÃO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 072.004.577-01

(Assinado digitalmente em 01/06/2022 14:41)

THIAGO VASQUINHO SIQUEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 105.642.637-37

(Assinado digitalmente em 01/06/2022 14:44)

EDUARDO DA COSTA PINTO D'AVILA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 106.310.477-78

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **399**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **13/04/2022** e o código de verificação: **912d378d94**

“A realidade está definida com palavras. Portanto, quem controla as palavras controla a realidade”

"É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade."

(Antônio Gramsci)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família: meu pai Ronaldo, minha mãe Edilene e meu irmão Matheus, que plantaram a semente da relevância da educação na vida de indivíduos da classe trabalhadora, como nós, ainda que sem ter noção da importância e da correlação de forças que isso permeia.

Ao professor e orientador Rodrigo Lamosa, pela parceria e orientação. Que também acreditou que esta pesquisa seria possível e deu suporte intelectual necessário para que ela acontecesse.

Agradeço ao parceiro de vida Igor Portugal, por todo apoio, incentivo e acalento. Que nunca deixou de ter certezas quando as minhas já não existiam mais, que não me deixou desistir. Sempre esteve presente quando me faltavam pernas, agradeço imensamente.

Às queridas amigas de vida e companheiras de pesquisa, Sara Monteiro e Lívia Herdade, que, em meio aos sabores e dissabores de assumir esse papel, continuam na luta e seguindo lado a lado, de mãos dadas, e dando forças sempre que necessário.

Aos companheiros do LIEPE, pela oportunidade de discutir as possibilidades do mundo em que vivemos, através de uma ótica que leva em conta os percalços da classe trabalhadora. Pela construção de um trabalho intelectual, coletivo e revolucionário.

EVANGELISTA, Bárbara. **Confederação Nacional da Indústria e o projeto pedagógico para a formação da classe trabalhadora: uma análise dos anos do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2010)**. 2022. 106 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a identificar e analisar o pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira, a partir das propostas da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no decorrer dos anos do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Isto posto, considerando sua capacidade de transformar interesses privados em políticas públicas, dando importância para sua atuação frente às educacionais. Desta forma, foi feita a investigação das principais características do projeto de educação básica influenciada pelas políticas formuladas pelo empresariado industrial brasileiro, reunido na Confederação Nacional da Indústria – CNI, nos anos 2000. Parte-se do pressuposto de que o empresariado industrial brasileiro tem papel mediador e preponderante na proposição e prática das políticas públicas de educação, sendo expressão de parte da luta ideológica pela hegemonia no que tange ao projeto educativo como parte das lutas de classes. Propomo-nos a dialogar com um conjunto de pesquisas produzidas, a partir de outro recorte temporal e que compreendem a CNI como um Partido da fração industrial da classe dominante. Assim sendo, foram analisados os principais documentos da CNI no período assinalado, com o objetivo de buscar respostas que identifiquem a intensa participação da burguesia no âmbito nacional da educação e seus posicionamentos, em especial, por meio da análise das relações da entidade com outras organizações, como o Movimento Brasil Competitivo e Movimento Todos Pela Educação. Também se englobam pesquisas das atas do Conselho Econômico e Social e junto aos documentos oriundos do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no período de recorte desta pesquisa. O material produzido pela CNI tem sido desenvolvido à luz de pesquisa qualitativa, com base em análise documental, a partir do referencial teórico marxista e gramsciano. Entendemos que a atuação da instituição junto à formação para o trabalho se insere no projeto de hegemonia do partido dos industriais e se expressa nas políticas de conformação social e formação para o trabalho simples. Neste sentido, esta dissertação se insere num conjunto amplo de trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Investigação em Estado, Poder e Educação (LIEPE) acerca da classe dominante e sua atuação na educação.

Palavras-chave: Confederação Nacional da Indústria – Hegemonia – Educação Profissional

EVANGELISTA, Bárbara. **National Confederation of Industry and the pedagogical project for the formation of the working class: an analysis of the years of the Workers' Party government (2003-2010)**. 2022. 106 p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2022.

ABSTRACT

It proposes to identify and analyze the pedagogical thinking of the industrial bourgeoisie, based on the proposals of the National Confederation of Industry (CNI), during the Brazilian years of the Luís Inácio Lula da Silva government, of the Workers' Party. That said, considering its ability to transform private interests into public policies, giving importance to its performance vis-à-vis institutions. In this way, an investigation was made of the main characteristics of the basic education project through the policies formulated by the industrial business community, gathered in the National Confederation of Industry - CNI, in the 2000s. mediator and preponderant in the proposition and practice of public education policies, being an expression part of the ideological struggle for hegemony regarding the educational project as part of class struggles. We propose a dialogue with a set of researches of temporal attention, from another time frame and that starts the CNI a Party of the dominant industrial classification. Therefore, the main documents of the CNI in the above mentioned were searched, with the objective of identifying the intense participation of education and its positions, in particular, through the entity with other organizations, such as the Movimento Brasil Competitivo and Movimento Todos pela Educação. Research from the minutes of the Economic and Social Council and documents from the Education Development Plan (PDE) in the period covered by this research are also included. The material produced by the CNI was developed in the light of qualitative research, based on document analysis, a Marxist theoretical framework and grammar. We understand that the institution's action in training or work is part of the hegemony project of the industrialists' party and is expressed in the policies of social conformation and training for simple work. In this sense, this dissertation is part of a broad set of works developed by the Laboratory of Investigation in Power and Education (LIEP) about the ruling class and its role in education.

Keywords: National Confederation of Industry – Hegemony – Professional Education

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADEs	Arranjos de desenvolvimento da educação
APH	Aparelho Privados de Hegemonia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIB	Centro Industrial do Brasil
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNI	Confederação Nacional da Indústria
FIEMG	Federação das Indústrias de Minas Gerais
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBC	Movimento Brasil Competitivo
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNE	Plano Nacional de Educação
PT	Partido dos Trabalhadores
Reduca	Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a educação
SAIN	Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriais
SESI	Serviço Social da Indústria
TPE	Movimento Todos pela Educação
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para Infância

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Organograma Institucional CNI.....	60
Quadro 2 - Presidentes da CNI.....	61
Quadro 3 - Corpo diretor da CNI (2022).....	67
Quadro 4 - Organograma Técnico Administrativo.....	70
Quadro 5 - Composição Grupo de Trabalho em Educação e Tecnologia da CNI.....	72

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO, CAPITALISMO DEPENDENTE E A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL	23
1.1 A ordem burguesa em transformação	25
1.2 A crise do neoliberalismo e a saída conservadora social liberal: a segunda fase da recomposição burguesa.....	36
CAPÍTULO 2 - O PARTIDO DA BURGUESIA INDUSTRIAL NO BRASIL.....	46
2.1 Formação da Confederação Nacional da Indústria e organização da burguesia industrial no Brasil.....	46
2.2 A Confederação Nacional da Indústria e a nova pedagogia da hegemonia	53
2.3 Os intelectuais orgânicos da CNI.....	59
CAPÍTULO 3 – O PENSAMENTO PEDAGÓGICO DA BURGUESIA INDUSTRIAL BRASILEIRA	79
3.1 O pensamento da CNI através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	80
3.1.1 O CDES	80
3.2 O projeto de desenvolvimento de trabalho e educação: o PDE	90
CONCLUSÃO.....	98
ANEXOS	99
BIBLIOGRAFIA	100

INTRODUÇÃO

Um grande número de organizações atua de maneira intensa na educação, interferindo no desenvolvimento e aplicação de algumas políticas públicas. Essas instituições têm sido responsáveis por difundir projetos e ações dirigidas à educação brasileira, evidenciando determinada concepção de mundo e projeto formativo para a classe trabalhadora.

A pesquisa que resulta nesta dissertação foi realizada a partir do levantamento de documentos relativos à Confederação Nacional da Indústria (CNI) - atas, entrevistas, projetos, pesquisas, notícias, publicações da própria instituição –, de modo a apreender a atuação cotidiana dessa organização, compreendendo que ela não atua apenas na sociedade civil, mas também estende sua ação junto aos organismos estatais (Ministérios, comissões, conselhos, secretarias etc.), no decorrer do período entre 2003 e 2010¹.

Para a elaboração da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico no catálogo de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), examinando como palavra-chave “Confederação Nacional da Indústria”. Assim sendo, foram encontrados inúmeros trabalhos em nível de mestrado e doutorado, nas áreas de: ciências humanas, da saúde e sociais aplicadas. Este conjunto de pesquisas procura analisar os novos atores sociais, identificar os discursos e mapear as ações da CNI durante o período de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Por meio deste mapeamento, identificamos o trabalho de Rodrigues (1998) e Melo (2010) como trabalhos fundamentais que analisaram a atuação da CNI e que, a partir do mesmo referencial teórico, tornaram-se importantes interlocutores. Evidenciamos, portanto, a importância acadêmica da presente pesquisa em contribuir como material sobre a atuação da CNI nas formulações de políticas no âmbito da educação.

¹ No decorrer da pesquisa foi necessário realizar um recorte temporal para a investigação que privilegiou, considerando todos os aspectos que permearam a conjuntura de realização do trabalho. Nesse sentido, a pesquisa privilegiou o período do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ressaltando as articulações produzidas pela Confederação Nacional da Indústria, destacadamente no interior do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social e no Todos Pela Educação e seus desdobramentos sobre uma determinada política educacional: Plano de Desenvolvimento da Educação.

Neste trabalho de dissertação foi utilizada a definição do conceito de Estado Integral, compreendendo-o tal como Gramsci (2000), em seu sentido ampliado, visto que o Estado não é um “ser que paira”, uma espécie de “estado-sujeito”, ou uma entidade dotada de vontade própria e, portanto, descolada de seu entorno, que exerce força sobre os homens em sociedade. Na concepção de Estado, segundo a formulação aqui referenciada, o Estado nada teria de “natural”, sendo socialmente explicável, dentro de uma perspectiva estritamente histórica. Pode definir-se na relação social, na disputa pelo poder ou pela manutenção deste.

A teoria do Estado Integral foi apropriada nessa investigação como uma importante ferramenta metodológica, tal como expõe Mendonça (2014). O Estado, em Gramsci, na sua aceção ampla, integral e orgânica, é entendido como uma unidade formada pela sociedade política e civil, resultando no que Gramsci denomina de “Estado Integral” ou “Estado Ampliado”, como nomearam alguns estudiosos de sua obra, como, por exemplo, Cristine Buci-Gluksmann (1980). Portanto, resulta numa relação em que pares dialéticos formam uma unidade e foi, a partir desse ponto, que a observação originária nesta dissertação buscou compreender a atuação de uma importante organização da fração industrial no Brasil.

O conceito de Estado Integral permite verificar a estreita correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e, sobretudo, coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) e as instituições específicas do Estado em sua aceção restrita (sociedade política). Podemos entendê-lo a partir de dois conceitos-chave: sociedade política e civil. O primeiro termo é bastante citado na obra de Gramsci, referindo-se ao Estado em seu sentido restrito – ou seja, os aparelhos governamentais responsáveis pela administração, organização dos grupos em confronto, bem como do exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, através do uso da força, também podendo ser chamado de “Estado político”.

Assim sendo, compreende-se a sociedade civil como arena dos conflitos de classe, mostrando-se como espaço de correlações de forças específicas que originam o surgimento e organização das entidades estudadas (MENDONÇA, 2014). Procuo, assim, identificar quais são as forças sociais em confronto que eles representam. É da correlação de forças estabelecidas entre esses atores coletivos e os respectivos aparelhos privados de hegemonia por eles representados que se pode partir para o estudo

minucioso não apenas de suas ações coletivas, mas também de suas campanhas conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas.

A noção de sociedade civil implica no conjunto dos organismos chamados de “privados” ou “aparelhos privados de hegemonia” (APHs), no sentido da adesão voluntária de seus membros. Entende-se a atuação desses organismos enquanto a expressão no sentido de “hegemonia política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, como conteúdo ético do Estado” (GRAMSCI, 2000, p. 225). Nisso, o Estado tem e pede consenso, mas também “educa” esta aprovação através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados.

Para tanto, a sociedade civil, no sentido gramsciano é, portanto, a esfera da atividade política por excelência, enquanto lugar no qual aparecem em cena as organizações assim denominadas privadas (sindicatos, partidos, organizações de todo tipo), que têm como objetivo a transformação do modo de pensar dos homens. A sociedade civil é a arena da luta de classes, dimensão estatal em que as classes sociais, organizadas em seus Aparelhos Privados de Hegemonia e pela atuação de seus intelectuais orgânicos, articulam-se, formulam e/ou sistematizam uma dada concepção de mundo, difundem ideologias com a pretensão de impregná-las no senso comum. Dentre esses aparelhos, Gramsci destaca: igrejas, associações, sindicatos, escolas, partidos e imprensa; a sua principal função é a conquista da hegemonia, ou seja, a direção política, primeiro entre a sua própria classe social e, em última instância, a conquista do consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes.

Infere-se que Estado Integral é resultado das diferentes formas de organização e forças presentes em sociedade. Assim, Gramsci aponta que a unidade entre Estado e sociedade civil é sempre “orgânica” e que tal distinção tem um cunho tão somente “didático”. Assim, o conceito de Estado Ampliado permite aos pesquisadores irem além do conceito, da teoria, e permite que seja usado como ferramenta metodológica para as pesquisas.

Para que a adesão das grandes massas aos projetos dominantes aconteça, a figura do intelectual orgânico é fundamental. Gramsci se afastou de qualquer definição apriorística dos intelectuais, tendo analisado o papel que desempenham no curso da história, a partir da função social que realizam como organizadores das vontades e da

ação coletiva de uma determinada classe social ou de uma determinada fração de classe. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Por isso, os intelectuais são representantes do grupo dominante para o exercício das funções mais orgânicas com o objetivo de consolidar a hegemonia social, atuando como agentes da vontade coletiva materializada nas entidades da sociedade civil.

Segundo Gramsci, todo grupo social, buscando manter a função de hegemonia, concebe um conjunto de intelectuais responsáveis por produzir a uniformidade do grupo, formar a consciência dos seus membros e sistematizar as agendas e estratégias dessa mesma organização. Desta maneira, torna-se substancial que o grupo ou fração de classe, organizado através dos aparelhos de hegemonia, atue no sentido de inserir alguns de seus representantes – ou intelectuais – junto ao Estado restrito. Sendo assim:

Os intelectuais são “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa da sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina do grupo que não “consente”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda sociedade na previsão de momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2011, p.208).

Nesta pesquisa, a teoria gramsciana sobre Estado se converte em método. Tomamos como objeto as mudanças nos processos formativos da classe trabalhadora, por meio da análise da atuação de um organismo da Sociedade Civil que desempenha, desde sua fundação, como Partido, em sentido ampliado como propôs o próprio Gramsci. Este aparelho consegue conformar políticas educacionais que, no sentido do Estado Integral, resultam de disputas travadas em seu interior e seus objetivos e interesses. O problema desta pesquisa é investigar quais as alterações qualitativas neste papel diante da conjuntura de conciliação de classes produzido no período que se circunscreve este trabalho.

Os estudos que resultaram nesta dissertação tiveram como ponto de partida a análise da atuação de uma dessas organizações na sociedade civil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), investigando suas estratégias, atuação de seus intelectuais,

seus projetos e sua articulação para compreender as políticas que emergem das agências do Estado restrito ou sociedade política.

Apresentamos como objeto de estudo a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, como objetivo geral do trabalho, identificar e analisar o pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira a partir das propostas da CNI no período dos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2010. Desta maneira, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) analisar o pensamento da CNI através das propostas políticas aprovadas para a área da educação; 2) Identificar os intelectuais orgânicos e compreender as articulações produzidas; 3) Compreender como o pensamento da CNI influenciou a formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) no mesmo período.

A CNI é uma instituição criada no ano de 1938, pelos industriais Euvaldo Lodi, Horácio Lafer e Vicente Galiez, através da fusão de várias entidades que representavam os sindicatos patronais. É responsável pela organização do setor industrial brasileiro e coordena atualmente um sistema formado por vinte e sete federações de industriais nos estados e no Distrito Federal e as filiações dos sindicatos patronais. Desde a década de 1940, elabora e atua sob a formação de mão de obra para a indústria brasileira por meio de um complexo pedagógico formado pela tríade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Sustentamos a hipótese de que a CNI encaminha o conjunto de propostas políticas educacionais por meio de seus intelectuais, responsáveis por sua implementação no âmbito político, enquanto na sociedade civil atua difundindo esses projetos, travestindo-os de interesse público. Essa atividade foi investigada em dimensões distintas do Estado Integral: 1) na sociedade civil, destacadamente no movimento Todos Pela Educação (TPE), organização presidida por um importante e fundamental intelectual orgânico da fração industrial brasileira: Jorge Gerdaul Joahannpeter; 2) no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), instituição que reúne governo e organizações representativas dos interesses corporativos.

A CNI se constituiu como parte fundamental na organização dos interesses industriais, atuando sob diversas arenas e dimensões da organização burguesa no país,

desempenhando papel significativo na elaboração das estratégias de dominação. Durante o período marcado pelo desenvolvimentismo, foi órgão ativo representante dos interesses da fração industrial, obtendo, inclusive, garantias de representação legal numa ordem sindical corporativa, erguida junto à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. Sob a justificativa de “ajudar o Brasil a superar os problemas decorrentes da Segunda Guerra Mundial” (Disponível no site da instituição, acesso em ago/2018), a CNI incidiu sobre o planejamento das atividades produtivas e mudanças na estrutura do trabalho e o parque manufatureiro. Sua coordenação geral é composta por intelectuais que estão presentes em diferentes instituições e frações tanto na sociedade civil quanto na sociedade política.

Como salienta Bianchi (2010, p. 194), o desenvolvimento e posterior implantação do neoliberalismo no Brasil não teria se dado sem que houvesse a participação da burguesia industrial, incluindo a CNI. Devido a esse fato, procuramos compreender seus posicionamentos e ações em relação ao neoliberalismo. Com o processo de redemocratização, a CNI desempenhou um papel mais atuante na representação dos interesses da burguesia industrial. Isso se deu através do aprimoramento do corpo técnico da entidade e teve como sua principal manifestação a publicação, desde os anos 1990, de grande quantidade de documentos e estudos, através dos quais é possível identificar visões a respeito de temas de interesse dos industriais.

No período da ditadura empresarial-militar, a CNI, bem como as demais representações do grande capital, apoiou o projeto de desenvolvimento associado e dependente. Nesse período, conforme aponta Dreifuss (1986), as frações burguesas, incluindo os industriais representados na CNI, não apenas apoiaram o golpe em 1964 como compuseram individual e coletivamente ligados ao regime e ao projeto associado e dependente ao grande capital multinacional, participando, inclusive em agências do estado restrito.

A partir período da redemocratização, o foco da atuação da CNI passou a ser a reforma² do Estado brasileiro, tanto na difusão de organizações de novo tipo³ na

² O termo reforma foi incorporado aqui no texto a partir da utilização da própria CNI. No decorrer dos capítulos o conceito utilizado para compreender este processo histórico foi de “contrarreforma”, realizado a partir das leituras da obra do comunista italiano Antônio Gramsci (2000, 2002) e das reflexões produzidas por Carlos Nelson Coutinho (2010).

³ A expressão “novo tipo” se deve ao fato destas organizações que nascem nos anos 1990 e 2000 cumprirem um papel distinto daquelas, como por exemplo a própria CNI na época em que foi criada, e

sociedade civil, em que a maior expressão é o Movimento Brasil Competitivo (MCB), como na defesa da reconfiguração da utilização do fundo público pelas agências da sociedade política. O seu discurso a esta altura passou a priorizar: a competitividade do produto brasileiro, a inserção das empresas no mercado internacional e a redução do Custo Brasil⁴. Hoje, defende reformas institucionais sob a justificativa de que a economia brasileira crescerá. A confederação expressa a missão de “Defender e representar a indústria na promoção de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do Brasil” (Disponível no site oficial), fazendo-o através de um projeto de conformação educacional:

De modo geral, o resultado desse complexo processo pode ser verificado na ampliação quantitativa dos anos de escolaridade básica, na reorganização dos sistemas educacionais, no incentivo do estabelecimento de novas relações entre escolas públicas e os interesses privados, em alterações no trabalho educativo realizado pelos professores, na definição de meios para elevar o desempenho dos estudantes, passando por vários mecanismos, entre eles a revisão curricular e controle das escolas por meio da avaliação externa em larga escala (NEVES, 2015, p. 32).

Esta pesquisa também dialoga com a obra “O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Conferência Nacional da Indústria”, escrita por Rodrigues (1998). O livro investiga os reflexos do pensamento pedagógico da classe industrial por ela representada, mas com recorte distinto da proposta desta pesquisa. O trabalho produzido pelo autor estende sua investigação até os anos 1990, enquanto esta pesquisa pretende focar a atuação da CNI no contexto histórico de coalização reformista consagrada nos anos dos dois primeiros governos do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2010. Assim, propomo-nos a complementar a pesquisa em outro contorno temporal, tomando a confederação analisada aqui como um “Partido Ideológico” que coordena diversos Aparelhos Privados de Hegemonia, incluindo o mais relevante deles, o Movimento Brasil Competitivo.

Nesse sentido, os primeiros passos da pesquisa foram realizados por meio da investigação dos membros da CNI: 1) Identificamos seus intelectuais orgânicos, projetos e estratégias; 2) O estudo buscou, ainda, salientar a existência de disputas em

assumirem um lugar distinto no interior do Estado, sem qualquer vínculo com a estrutura sindical corporativa.

⁴ O termo que descreve o conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que encarecem e comprometem novos investimentos pelas empresas e pioram o ambiente de negócios no país

torno de seus projetos; 3) Foi realizado levantamento de documentos acerca da CNI e organizações relacionadas, como o MBC e o TPE - atas, entrevistas, projetos, pesquisas, notícias, publicações da própria instituição – de modo a apreender a atuação cotidiana desses agentes, compreendendo que eles não atuam apenas na sociedade civil e também estendem sua ação junto aos organismos estatais (Ministérios, comissões, conselhos, secretarias, etc.) no decorrer do período entre 2003 e 2010.

Esta pesquisa busca verificar quais são as alterações no projeto de hegemonia do Partido dos industriais no Brasil, diante da conciliação de classes que se verifica no período e quais são os desdobramentos destas alterações em seu projeto pedagógico de formação dos trabalhadores. O objetivo geral desta dissertação é, portanto, identificar e analisar o pensamento pedagógico da burguesia industrial brasileira a partir das propostas da CNI no período dos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 e 2010. A pesquisa deverá investigar ainda os desdobramentos junto as políticas de formação dos trabalhadores (Plano Nacional de Qualificação e Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação), identificar as políticas educacionais formuladas e influenciadas pela CNI no mesmo período, identificar e analisar a atuação dos intelectuais ligados a CNI juntos às agências da sociedade política, em especial no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

As análises produzidas no decorrer da investigação sobre a natureza histórica da CNI e as mudanças ocorridas em seu papel de organizador da vontade coletiva dos dominantes e, em especial, da fração industrial nos obrigou a situar o objeto diante da crise que se desdobrou numa recomposição burguesa nos anos 1980, 1990 e 2000. A pesquisa parte da crise do capital ocorrida na década de 1970, que levou a burguesia a realizar movimentos capazes de recompor suas taxas de lucratividade e acumulação, por um lado, e reorganizar toda a complexa trama estatal, tanto na sociedade civil quanto na política. O modelo de desenvolvimento fordista, que caracterizou a expansão do sistema capitalista, desde o fim do século XIX e por todo o século XX, entrou em crise neste período. Diversos autores de matriz teórica filiada ao materialismo histórico vêm analisando esta adversidade como uma “crise estrutural do capital” (MÉSZÁROS, 2009; HARVEY, 2011). Essa conjuntura exige da burguesia a realização de um movimento que, por um lado, produziu mudanças no trabalho produtivo com a inserção de novos modelos de gestão como o toyotismo e, por outro lado, alterações nas relações entre as classes sociais que resultou numa ampla transformação.

O movimento de recomposição da burguesia, a partir da década de 1970, será compreendido a partir do conceito de Estado Ampliado (GRAMSCI, 2000). A Sociedade Civil é a esfera do Estado Ampliado onde as classes sociais difundem os organismos responsáveis por difundir sua visão de mundo. Na contrarreforma gerencial, segundo Lamosa & Macedo (2015), diversos organismos (Banco Mundial, UNESCO, CEPAL, Fundo Monetário Internacional) difundiram a agenda e em cada país foram implementados a partir de planos educacionais ao longo de toda a década de 1990. Sob outra perspectiva, uma contrarreforma “gerencial” do Estado se traduziu em um processo de incorporação na administração pública dos mecanismos de gestão do trabalho das empresas privadas.

O conceito empregado para a análise desse período e seus processos políticos, segundo Lamosa (2015), é o de contrarreforma, uma alternativa ao conceito teórico de revolução passiva de Gramsci que ilustra a relação restauração/renovação em seu movimento contraditório. De acordo com o autor, ambos os processos históricos, revolução passiva e contrarreforma são determinados pela unidade restauração/renovação. Entretanto, enquanto na revolução passiva se destaca a renovação sobre a restauração, na contrarreforma a restauração se sobrepõe aos aspectos relativos à renovação.

Assim sendo, essas as organizações foram responsáveis pela difusão de ideais na educação brasileira. Neste sentido estas organizações atuaram no interior do Estado como Aparelhos Privados de Hegemonia e Partidos Ideológicos. Segundo Gramsci (2011), os Aparelhos Privados de Hegemonia atuam como intelectuais coletivos responsáveis por formular a concepção de mundo da sua classe, sistematizar e difundir seus interesses privados, escamoteados de interesses públicos. Ainda segundo Gramsci:

A forma Partido nasce como fruto da afirmação do Estado moderno, depois da necessidade de abolir algumas “autonomias das classes subalternas” (Q 3, 18, 303), para dar espaço ao novo sujeito político-estatal. A política moderna “extingue o Estado federação de classes, mas certas formas de vida interna das classes subalternas renascem como partido, sindicato, associação de cultura” (idem).

Neste sentido, com o crescimento dos partidos e sua adesão a vida particular dos indivíduos desta própria massa acarreta uma “coparticipação ativa e consciente”, a uma “co-passionalidade” que Gramsci sintetiza na expressão “filologia viva” (idem).

(Dicionário gramsciano, Guido Liguori e Pasquale Voza org, p. 1192) A atuação destas organizações é o que caracteriza a sociedade civil como a arenas de disputas travadas pelas classes sociais na disputa pela hegemonia que, segundo Gramsci (2000), é forma fundamental de exercício da dominação por meio do consentimento, seja ele passivo ou ativo das classes sociais e suas frações.⁵

A sociedade política é compreendida por Gramsci como o próprio Estado, em seu sentido estrito, sendo o conjunto das agências, instrumentos e mecanismos, através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Em contrapartida a civil seria outra e nova dimensão estatal, forjada a partir das organizações responsáveis pela elaboração e difusão de políticas que objetivam por um lado dar coesão à sua própria classe social e, por outro lado, incidir sobre o senso comum das grandes massas, produzindo uma vontade pseudo “universal” que escamoteie os interesses privados. Os aparelhos privados de hegemonia funcionam como organizações das classes que disputam, na sociedade civil, a correlação de forças que define e redefine as políticas públicas. Logo, os aparelhos privados de hegemonia da burguesia agem como difusores da ideologia dominante e atuam no sentido da manutenção e conservação do poder. Segundo Gramsci (2011), as classes sociais:

[...] nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não somente no campo econômico, mas no também no social e político. (GRAMSCI, 2011, p. 203).

Interessa a esta dissertação analisar o papel que cumpre a CNI, entendida como partido ampliado da burguesia industrial, no interior do Estado no Brasil, tendo como recorte histórico do objeto a atuação deste organismo entre 2003 e 2010. A contrarreforma do Estado no Brasil, iniciada nos anos 1990, teve continuidade nos governos de conciliação de classe do Partido dos Trabalhadores (PT), encontrando o

⁵ É importante destacar que, segundo Gramsci (2011), o “Estado Integral” é hegemonia encorajada de coerção, ou seja, embora os Aparelhos Privados de Hegemonia e partidos da classe dominante desenvolvam formas hegemônicas de exercícios de poder, a classe dominante mantém e certas épocas históricas ampliam as estruturas e aparelhos coercitivos.

suporte necessário nos intelectuais orgânicos da fração da classe burguesa. Nessa conjuntura, diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia, se fortaleceram, especialmente, depois da criação do Movimento Brasil Competitivo, em 2001, que, segundo seus organizadores, atua na “digitalização da economia como eixo fundamental para a melhoria dos serviços públicos” investindo na pressuposta competitividade entre setor público e setor privado. (Site da instituição).

No decorrer do primeiro ano foram identificados os seguintes documentos da CNI que estão sendo analisados: 1) CNI - Relatórios Anuais Portal da Indústria, Relatórios Anuais (2006 a 2016); 2) Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários. Rio de Janeiro: CNI/SENAI, 1993; 3) Educação para o mundo do trabalho: Documento Conceitual. Brasília: CNI, 2013; 4) Emprego na indústria: evolução recente e uma agenda de mudanças. Rio de Janeiro: CNI, 1997; 5) Mapa estratégico da indústria: 2007-2015. Brasília, DF: CNI, 2005; 6) Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Brasília, DF: CNI, 2007; 7) A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor. Brasília, DF: CNI, 2010^a; 8) Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil (2007). Este material produzido pela CNI tem se mostrado deveras elucidativo à luz de uma análise crítica com base no referencial teórico escolhido tendo por finalidade compreender como a entidade se insere na contrarreforma da educação e a formação para o trabalho através do novo papel do Estado. Entendemos que a análise desses documentos vinculados ao projeto de formação da CNI para o trabalho é fundamental para compreender as estratégias de recomposição burguesa, as políticas de conformação social e a proposta de formação para o trabalho simples num contexto de reconfiguração das relações no mundo do trabalho com a radicalização da exploração por meio de formas novas de superexploração. O desafio político proposto é produzir conhecimento teórico sobre as formas utilizadas pelos dominantes para manter e ampliar o seu domínio na contemporaneidade. Propomo-nos a buscar respostas que identifiquem a intensa participação da burguesia no âmbito nacional e internacional da educação e seus posicionamentos.

A dissertação que está sendo produzida está estruturada em três capítulos divididos em dois tópicos. No Capítulo 1, é trazida a análise acerca da base histórica de tais reformas, sendo a Crise Estrutural do Capital (MESZAROS, 2009) e a

recomposição burguesa seu estopim. Ele traz reflexões acerca da formação do capitalismo e os processos históricos de expansão desigual combinados entre centro-periferia, tanto na relação entre as economias nacionais quanto no interior destas próprias economias. Este processo é o que embasa a formação da CNI e sua posterior atuação na educação brasileira.

Já no capítulo 2, trata-se da historicidade da Confederação Nacional da Indústria e suas ações através dos anos. Ele tem por objetivo tratar da formação histórica da CNI onde, totalmente na contramão de uma formação “desinteressada”, desde os anos de 1940, a Confederação começou a construção de um complexo organismo composto por entidades que objetivam a formação de mão de obra industrial.

No terceiro e último capítulo, estabelece-se a relação da influência da CNI e seu pensamento político pedagógico na formulação das políticas educacionais. Proponho-me a compreender a atuação da CNI no interior do Estado brasileiro, por meio de pesquisa documental do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores e nos documentos oriundos das políticas educacionais demandadas do Ministério da Educação no mesmo período.

Espera-se, assim, demonstrar a maneira como a CNI intervém nas políticas e ações do cenário da educação brasileira por meio de intensa articulação nacional com outros agentes da classe dominante, tendo por objetivo manter essa hegemonia e, por fim, a própria dominação de classe no país.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO, CAPITALISMO DEPENDENTE E A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

Este capítulo introduz o trabalho de investigação considerando a formação do capitalismo e os processos históricos de expansão desigual e combinada tanto na relação entre as economias nacionais quanto no interior destas próprias economias. Esse processo histórico se caracteriza pela combinação entre arcaico-moderno e consenso-coerção num movimento contínuo que articula elementos de renovação com um intenso trabalho de restauração caracterizado por uma contrarrevolução permanente que garante a autocracia como forma do poder político no capitalismo dependente.

Compreende-se que realização do capitalismo dependente (FERNANDES, 1973) se efetiva na combinação entre o moderno e o arcaico num movimento de transformação/conservação que caracteriza o desenvolvimento econômico e social do capitalismo no Brasil. No mesmo sentido, verifica-se, na revolução burguesa brasileira, a inexistência da incorporação de elementos ativos nacional-populares, traço característico na formação das autocracias burguesas. Essa substância é fundamental para a compreensão sobre uma característica particular que difere o processo de ampliação do Estado no capitalismo dependente daquele que resultou das revoluções de tipo jacobino na Europa: por aqui essa ampliação, segundo Fontes (2010), ocorreu de forma seletiva. Essa caracterização nos obrigou, no curso da investigação, a ter atenção com a mediação necessária para compreender as particularidades do objeto em questão.

Partimos da introdução à análise acerca da Crise Estrutural do Capital (MÉSZÁROS, 2009) e sua consequente, por entender que essa é base histórica por meio da qual se desenvolveram as reformas educacionais e políticas operadas desde os anos 1990. Investigou-se o histórico da crise desencadeada a partir de 1970 e a já mencionada recomposição realizada nas décadas seguintes num intenso movimento de articulação que objetivou definir novos padrões de produção e reprodução do capital, ampliando, assim, as margens de expropriação do fundo público por meio de uma miríade de formas de privatização. Configura-se por um sombrio ataque aos direitos humanos e trabalhistas, correlatos à catastrófica destruição ambiental sem qualquer precedente, em articulações que, segundo Mézszáros (2009), não são capazes de reverter o curso da crise do capital.

É importante ressaltar que a crise analisada possui uma característica que Gramsci denominou como “orgânica”, uma vez que ela não se resume à realização do “valor” nem a uma simples crise política. Ao contrário, ela é a própria combinação de estagnação econômica associada à capacidade de produção e reprodução do Capital, com a dimensão política ligada à própria sociabilidade burguesa, estabelecendo relação entre/dos: 1) os empresários; 2) os empresários e os trabalhadores; 3) empresários no interior das agências do Estado restrito. O caráter estrutural, ressaltado por Mészáros (2009), por meio de formulações fatalistas, pode medir-se pelo próprio acirramento das contradições sociais, econômicas, culturais, ambientais e sanitárias experimentadas pelo conjunto da classe trabalhadora nas últimas décadas. O fato da burguesia se movimentar no sentido da construção de um novo bloco histórico (neoliberal, flexível etc.) não tem sido suficiente para retomar padrões de hegemonia vivenciados por décadas no século XX e, pelo visto, os tais nem serão mais possíveis.

Nesse sistema de recomposição o Estado assume novo papel a partir do projeto neoliberal. Então, o processo resultou na elaboração de um conjunto de transformações que permeiam tanto as relações de produção quanto as esferas superestruturais, seja na sociedade civil ou política; por conta disso, é importante compreender as bases da contrarreforma⁶ do Estado que se materializava. Assim, o capítulo tem o papel de introduzir os fundamentos históricos e teóricos que deram base para a formulação dos novos modelos de gestão do trabalho.

Analisamos também a ascensão e a implantação do neoliberalismo tanto no primeiro ciclo da recomposição burguesa quanto no segundo ciclo, quando a saída conservadora para a crise do neoliberalismo foi apresentada a partir do social-liberalismo, expressão de uma “social-democracia sob nova direção”. Como referência para o diálogo, trazemos um importante conjunto de trabalhos que utilizamos como referências — Anderson (1995) e Castelo (2013) — e buscamos identificar as características do modelo neoliberal, as modificações produzidas nas funções sociais do Estado e do fundo público, além das características da recomposição burguesa mediante a implementação do social-liberalismo a partir de 1990. No primeiro tópico tratamos

⁶ Concordamos e utilizamos aqui as referências produzidas por Carlos Nelson Coutinho (2010), quando este contrapõe o conceito de contrarreforma ao conceito de reforma, adotando o primeiro como categoria para análise do neoliberalismo enquanto fenômeno político caracterizado pela retirada de direitos, ataque frontal ao fundo público e pela “Hegemonia da pequena política”, em que as alternativas ao que está posto se encerram em escolas sobre quem pode e tem a receita para gerir o modo dominante. Qualquer outra opção deve, portanto, ser solapada, desqualificada etc.

das transformações ocorridas no interior da classe burguesa, devido aos novos modelos de acumulação, enquanto no segundo situamos o Brasil no contexto do capitalismo e seu desenvolvimento desigual e dependente, com políticas e formas de organização próprias da sua posição na periferia do capitalismo.

1.1 A ordem burguesa em transformação

Para que seja possível dissertar acerca dos novos modelos de acumulação da nova ordem burguesa, faz-se necessário compreender o contexto histórico em que esse processo se insere. Hobsbawm (1997), em “A era dos extremos”, apresentou um método do qual trata a história de maneira particular, através dos processos que movem a sociedade nos âmbitos político, econômico, social e cultural e que servem de marco para épocas históricas. Neste sentido, segundo Castelo (2013), Hobsbawm elenca os grandes marcos da história de acordo com o desenrolar contraditório das lutas de classes, tido como grande motor da humanidade. Valendo-nos do mesmo método, consideramos nosso objeto de pesquisa, a pedagogia da CNI no período dos governos do PT, no bojo da crise estrutural do capital e nas mudanças do bloco histórico. A combinação fordismo/keynesianismo formou um novo bloco histórico em que estrutura e superestrutura se completam em uma unidade dialética. Para Gramsci,

A estrutura e as superestruturas formam um ‘bloco histórico’, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção (COUTINHO, 2004 p. 250).

As décadas de 1970 e 1980 foram caracterizadas pelo movimento dirigido pela burguesia para a transição entre o bloco histórico fordista-keynesiano, característico do período de expansão do Capital no pós-Segunda Guerra Mundial e no neoliberal. Por isso, trabalhamos com a definição de ser esta uma época de crise orgânica do modo de produção capitalista (CASTELO, 2013). Há, sobre a historiografia deste período e mesmo dentro do próprio campo marxista, diferentes compreensões sobre as razões ontológicas desta crise. Por isso, tem importante formulação de que esta é oriunda de uma ruptura realizada nos marcos do sóciometabolismo do sistema capitalista, como o fordismo, quando as taxas de lucratividade decresceram ao longo dos anos frente à busca do aumento do padrão de acumulação (MESZAROS, 2009). Entretanto, existem

outras formulações produzidas por Harvey⁷ (2013) que defendem que esta foi uma estagnação de sobre acumulação em que as formas de valorização do capital de reduziam frente às limitações de expansão indefinida surgidas com o próprio desenvolvimento do capitalismo na periferia.

O momento histórico após a revolução industrial e suas relações dentro do capitalismo, no decorrer século XVIII, se configuram como a divisão entre os proprietários dos meios de produção e a classe trabalhadora, ou proletária, que utiliza sua força de trabalho em troca de remuneração. O capitalismo, em sua primeira fase – livre concorrencial – se expressa na forma de pequenas indústrias localizadas de maneira esparsa, distante umas das outras criando pequenos centros industriais onde a produção era feita em um só local. Os trabalhadores participavam de todo o processo e estas indústrias não possuíam a capacidade de articular-se entre si e criar uma rede de mercado.

Em contraponto a isso, capitalismo monopolista, formado somente nas últimas décadas do século XIX, configura uma fase superior deste modo de produção. Através da modernização dos meios produtivos, como a possibilidade de utilização da eletricidade, novos materiais como petróleo, aço e outros, ocorrem alterações substanciais nas formas de organização corporativa com surgimento de estratégias de fusão, formação de trustes e organização do controle sobre o trabalho fabril. Além disso, um novo fator se insere na dinâmica industrial: além do capital das indústrias, passa a ser investido também o dos bancos, numa simbiose nova que dá origem às primeiras formas de capital financeiro.

Nesse sentido, as indústrias passaram a funcionar no modelo de produção denominado fordismo⁸ onde ocorreu a expansão industrial do capitalismo⁹. Instituído

⁷ Neste trabalho, entendo as tensões presentes entre as formulações dos dois autores, entretanto, não é o objetivo deste trabalho esmiuçar suas diferenças e particularidades, deixando para outros estudos. estudos.

⁸É fundamental destacar que esse processo não ocorreu de forma linear e nem com qualquer traço de homogeneidade. Ao contrário, a expansão do fordismo no mundo ocorreu produzindo contradições, algumas das quais enfrentadas pelas frações burguesas com ditaduras, fascistas ou não, que impuseram “pelo alto” a incorporação das economias nacionais ao mercado mundial que se forjava. Na mesma condição contraditória é fundamental também ressaltar que a expansão do fordismo combinou com a manutenção de outras formas anteriores de produção.

⁹ Também compreendo que a expansão não ocorreu de forma constante pelo mundo, mas de forma desigual combinando formas anteriores de produção com as formas mais modernas desenvolvidas a partir do fordismo

originalmente por Henry Ford em suas fábricas, o fordismo se configura em um novo modelo fabril de produção em massa, através da reorganização dos processos de produção. Este padrão baseava-se numa linha de montagem em que os funcionários eram responsáveis por produzir partes específicas do produto final sem que precisassem sair de suas estações ou postos submetidos a um rígido controle. O trabalhador é responsável por apenas uma tarefa, de acordo com a sua engenharia de produção, exigindo menor grau de treinamento e capaz de produzir mais num período menor de tempo. Ao delegar funções específicas a cada um dos trabalhadores, este modelo possibilitava a redução de custos, diminuição do tempo de produção, fabricação em larga escala e conseqüente queda no preço do produto final.¹⁰

Também se tornou um padrão para a expansão do modo de produção capitalista a partir dos anos 1930 e, sobretudo, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Devido à produção exasperada e a queda nos preços, os funcionários eram capazes de consumir parte da produção¹¹. Entretanto, o consumo real era diferente da produção larga escala, o que trouxe prejuízo aos produtores. Já no fim da década de 1920 ocorre um aumento do capital especulativo e um indício de crise no sistema econômico.

Em vista disso, a Grande Depressão ou Crise de 1929, com a queda da bolsa de valores de Nova Iorque neste mesmo ano, impôs uma conjuntura de transformações políticas e econômicas que derrubaram resquícios da ordem “livre concorrencial” e fortaleceram nos anos seguintes o processo de expansão monopolista do capitalismo. Explicitam-se, então, os limites do liberalismo econômico, quando a confiança na demanda não se concretizou, devido à oferta exagerada. A crença liberal de que o mercado se autorregula e que a oferta cria sua própria demanda não foi atestada. Desta maneira, no século XX, uma grande quantidade de políticas assistencialistas, de seguridade social, como a tentativa de contenção da grande depressão e da ameaça do socialismo, que não havia sofrido conseqüências da crise por não participar da mesma rede, foram mobilizadas por governos dirigidos pela social-democracia. John Maynard Keynes, um importante economista britânico, tornou-se importante referência a partir de

¹⁰É importante ressaltar também que as condições que Henry Ford tinha para concorrer eram bem desiguais e possibilitou à FORD experimentar condições muito vantajosas.

¹¹ Ressalto que compreendo que esse processo não se ampliava para todo o conjunto da classe trabalhadora. Nem mesmo para os países de economia central do capitalismo onde uma massa de trabalhadoras era formada por imigrantes, negros, mulheres e trabalhadores periféricos dos países europeus e dos EUA que permaneceram enfrentando condições desiguais.)

suas propostas no sentido de maior intervenção estatal e utilização do fundo público para desenvolvimento da economia que se contrapunha às elaborações realizadas por economistas liberais, dos quais se destacavam Friedrich Hayek, e por economistas marxistas, defensores da planificação da economia. O economista defendia um conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. Suas teorias influenciaram de enorme maneira a renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

O objetivo do keynesianismo, expressão ideológica e política da transformação das propostas realizadas por Keynes em programas de governos social-democratas, era manter o crescimento da demanda equivalente ao aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente para garantir o pleno emprego. Uma nova teoria econômica baseada nestes pressupostos surge a partir de então: o *Welfare State* ou “Estado de bem-estar social” passou a ser a miragem de um projeto de desenvolvimento que deveria expor a superioridade do modo de produção capitalista frente às tensões mobilizadas no plano da “grande política”. Este modelo defendia maior participação dos fundos públicos na direção da expansão capitalista, podendo assegurar alguns itens à população, fazendo a manutenção do modelo capitalista para que continuasse viável e tornando-se uma alternativa frente à expansão mundial do socialismo naquela conjuntura.

Os serviços que seriam disponibilizados pelo Estado restrito aumentaram a demanda na admissão de novos funcionários que, além de aumentarem os investimentos públicos, ampliaram enormemente o corpo da burocracia estatal e foi responsável pela criação da maior rede de seguridade social¹² fora dos países do bloco socialista. É importante ressaltar que este formato adotado, apesar de assegurar direitos à classe trabalhadora, tinha por objetivo manter a expansão do capital, assegurar a propriedade privada e, em última instância, defender a manutenção do domínio burguês. A crise deste sistema foi justificada pelo tamanho do *Welfare State*. Ou seja, o mesmo sistema que proporcionou os lucros e a estabilidade após a crise de 1930 passou a ser apresentado como o responsável pela estagnação nos anos 1970. Em seu trabalho,

¹²Destaca-se aqui que essa rede nunca chegou a ter um caráter universal, nem mesmo na Europa Ocidental, onde massas de trabalhadoras e trabalhadores permaneceram excluídos desses direitos sociais. Destacam-se nesse caso os imigrantes e mulheres.

Gurgel (2003) compreende que este processo crítico se formou em conjunto com múltiplos fatores.

Mas juntos, os gastos desproporcionais, o empreguismo, a ausência de controle e limites, as compras superfaturadas e aluguéis superfaturados, a corrupção, a crescente sonegação fiscal e o desvio orçamentário, isto tudo reunido solapou a capacidade de investimento do Estado (Idem, p.109).

Parte do esgotamento do modelo foi gerada pela corrupção do sistema, por compras superfaturadas, e, nesse sentido, faltou qualquer critério de objetividade científica aos intelectuais burgueses. Outro ponto levantado por Gurgel (2003) é o aumento das aposentadorias e do seguro-desemprego. Então, o discurso keynesiano, que justificava a extensão das funções estatais pelo consumo que elas gerariam, não se revelou suficiente nos anos 1970. Pelo contrário, o que se verificou com a ampliação e aprofundamento da crise foi o aumento do desemprego. O autor identifica que esse modelo foi criticado por todos, desde a classe trabalhadora, que exigia melhores condições de vida, até os setores conservadores:

Os conservadores acusam o Welfare State pelo que eles mesmos, os conservadores, fizeram com o Welfare State: o assalto do fundo público seguido de seu abandono, pela via de sonegação e combate aberto pelo que eles chamam de custos sociais. Os reformistas de esquerda acusam o Welfare State de fazer o que na verdade deixaram de fazer: ser instrumento de cooptação das camadas mais pobres e dependentes. Na verdade, essas camadas populares, na altura dos anos de 1980, tinham mais críticas ao Estado pela má assistência à saúde, pela educação precária, pelo transporte público defeituoso e humilhante, pela habitação “popular” cara e intranquilizadora (Idem, p.111).

Essas razões foram utilizadas pelos neoliberais para justificar a crise. Em sua análise, Castelo (2013) salienta que ela começou como hegemônica. Por conta disso, a melhoria nas condições de vida da classe trabalhadora, característica das políticas keynesianas, sobretudo nos países da Europa Ocidental, esteve longe de ser universalizada. Ao contrário, a realização de tais políticas nunca foi homogênea e, em algumas regiões, como a América Latina, os processos de desenvolvimento são mais próximos a de um “Estado de mal-estar social”. É caracterizado por um capitalismo dependente, pela superexploração do trabalho, por ditaduras e pela manutenção das

formas autocráticas que garantem a dominação burguesa em sua relação capital-imperialista (FONTES, 2010).

Esse movimento de crise, entretanto, se inicia ainda no centro do capitalismo e pode ser identificado nas rebeliões de 1968, realizadas em diversos lugares, e que tiveram em Paris o centro da sua insurreição, que logo se propagou. Segundo Castelo (2013), era francamente heterogêneo, já que reuniu “anarquistas, trotskistas, maoístas, utópicos, romântico-revolucionários e um sem-número de organizações independentes” (CASTELO, 2013. p.152).

Este bloco histórico fordista keynesiano se mantém sem modificações até a década de 1970. A ideia de um modelo econômico que coadunasse o consumo de massa, altas taxas de lucratividade pertencentes ao sistema fordista e a expansão da massa salarial com pleno emprego do Estado de bem-estar social se materializa neste período caracterizando o novo bloco histórico fordista keynesiano, num período de expansão do capitalismo para regiões periféricas. É um momento em que a estrutura fabril se insere na periferia do capitalismo por meio da associação entre capitais estrangeiros, nacionais e estatais. Uma expressão disto é, por exemplo, a expansão da indústria automobilística na América Latina, incluindo o Brasil, durante os anos 1950 e 1960, quando a expansão desta foi justificada pela meta de integrar o país durante especialmente o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), franqueada, inclusive, pelas organizações empresariais nacionais, como a CNI. É importante anotar que não houve, na margem capitalista, um “Estado de bem-estar social”. Pelo contrário, a expansão do modo de produção capitalista e da sociabilidade burguesa foi construída por base por meio do financiamento de ditaduras e as formas profundas e perversas de perseguição às lutas sociais.

Neste sentido, o fordismo tem seu correspondente superestrutural na formação do Estado de Bem-Estar Social baseado nas formulações keynesianistas. O programa socialdemocrata institui uma ordem social na busca pelo pleno emprego, aumento da massa salarial e poder de consumo em massa. O modelo não foi difundido universalmente, tendo início na Inglaterra e mantendo-se nos países centrais do sistema capitalista, apenas se expandido para algumas economias da periferia do capitalismo, incluindo o Brasil, sobretudo a partir dos anos 1950, com uma enorme injeção de financiamento internacional. Neste período de expansão capitalista, no chamado “Ciclo

de Ouro”¹³, as propostas de intervenção estatal na economia se intensificam, incluindo, destacadamente, a relação capital-trabalho:

Um capitalismo privado de sua crença na otimização de livres mercados, e reformado por uma espécie de casamento não oficial ou ligação permanente com a moderada socialdemocracia de movimentos trabalhistas não comunistas, era a segunda, e, após a Segunda Guerra Mundial, mostrou-se a opção mais efetiva (HOBSBAWN, 2003, p.111).

No entanto, no decorrer dos anos 1970, a burguesia se defrontou com aquilo que Gramsci (Caderno do cárcere, vol. 4) denominou como “crise orgânica”. Segundo Gramsci, a crise orgânica é caracterizada por uma dupla dimensão: estrutural e superestrutural. A crise alcança, portanto, a totalidade do bloco histórico formado no decorrer do século XX e é tida como estrutural pelo fato de o fordismo, enquanto modelo de organização de produção apresentar-se insuficiente meio de manter a combinação de dar continuidade às transformações tecnológicas e às novas demandas produzidas pela expansão do capitalismo. Em paralelo, integra a superestrutura, uma vez que o projeto socialdemocrata de conciliação de classe através do suposto equilíbrio entre a expansão do capital e ampliação da massa salarial não pode sustentar o padrão de acumulação de lucros. A partir de então, a burguesia iniciou o processo de recomposição dado através da formação de um novo bloco histórico sob a ideologia neoliberal.

Findado o referido “ciclo de ouro” do capitalismo, o “Estado de bem-estar social” é apontado, pelos intelectuais reunidos, desde 1938, por ocasião do Colóquio *Walter Lippman* (DARDOT; LAVAL, 2016), quando liberais de várias nacionalidades se reuniram em Paris para debater as necessárias reformulações no liberalismo frente às profundas alterações produzidas com a emergência das superestruturas formadas pelo capitalismo em sua fase monopolista. Em 1944, parte destes, liderados pelo economista

¹³Ressalto sobre essa formulação sobre a “Era de Ouro”, analisada por Hobsbawm, que o período foi marcado pela expansão de formas extremamente violentas de imposição e expansão do capitalismo no mundo. Na América Latina as ditaduras foram fundamentais nessa expansão, assim como a resistências das grandes potências em relação aos processos de descolonização na África e na Ásia revelam que a “Era de Ouro” não deixou também de ser um período marcado pelo sangue dos expropriados, dentro e fora da Europa, e por um “Estado de mau estar social” que precisa ser destacado para a compreensão das contradições que foram ensejadas pela expansão do Capital no decorrer das décadas de 1950, 1960 e 1970.

austriaco Hayek, fundaram a Sociedade de *Mont Pelerin* e deram continuidade ao trabalho de formar uma ala do liberalismo que culpava a traição socialdemocrata pelos males fundadores da crise dos anos 1970¹⁴. Tendo base ideias de intelectuais liberais, alguns da época se unem com o intuito de derrubar o *Welfare State* e os ideais socialdemocratas. Sendo assim, propõem o impedimento da ampliação da atuação estatal e, desta maneira, a recomposição burguesa tendo por ideal a recomposição dos usos do fundo público. Nesta reconfiguração, comportam-se como “intelectuais orgânicos”, dando unidade e consciência de classe aos seus no movimento histórico de reorganização do bloco histórico.

Para Gramsci, cada grupo social possui seus intelectuais orgânicos específicos, pois são necessários indivíduos que se mantenham ligados à sua classe originária, atuando organicamente na formulação, sistematização e difusão de suas próprias ideologias. Cada grupo social:

[...] nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não somente no campo econômico, mas no também no social e político (COUTINHO, 2011, p. 203).

Já na década de 1940, os intelectuais liberais organizados na “Sociedade de *Mont Pelerin*” passaram a organizadamente difundir o “programa neoliberal” como reação ao “Estado intervencionista e de bem-estar”. O texto escrito por *Friedrich Hayek* em 1944, intitulado como “O caminho da servidão”, é um bom exemplo disto. O liberal austriaco lutava “contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade econômica e política” (ANDERSON, 1995). Estas limitações denunciadas pelo autor repousavam, sobretudo, nas regulações da relação capital trabalho que, segundo o autor, traria o desastre da servidão moderna.

Haeyk ainda critica o processo de intervenção estatal que implicava em assegurar diversos direitos aos trabalhadores na constituição de uma rede de seguridade

¹⁴ Aqui é importante notar que a Sociedade de *Mont Pelerin* se constituiu numa parte daqueles intelectuais que organizam o colóquio de 1938. Há, contudo, outra ala de intelectuais denominados de “Ordoliberalismo”, que se reorganiza e, destacadamente na Alemanha, passa a definir um programa de reorganização estatal.

social, indo no sentido contrário ao ideário da exploração no processo capital-trabalho do modelo das sociedades capitalistas. A partir deste pressuposto, alguns intelectuais que eram favoráveis às ideias de *Friedrich Hayek* se uniram numa espécie de sociedade para combater o Keynesianismo. Para o autor,

[...] a defesa de uma política que a longo termo seja inconciliável com a preservação da sociedade livre já não é assunto a ser decidido por um partido. Essa mistura de ideais contraditórios e com frequência inconsistentes que, sob o rótulo de estado previdenciário, em grande parte substituiu o socialismo como objetivo dos reformadores, precisa ser analisada com discernimento, se não quisermos que seus resultados sejam semelhantes aos do socialismo extremado (HAYEK, 1999 p. 16).

Quando, em 1947, as bases do “Estado de bem-estar” na Europa do pós-guerra se consolidaram, Hayek convocou diversos economistas liberais que corroboravam sua orientação ideológica, em que foi fundada a Sociedade de *Mont Pelèrin*, cujo propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes, além de preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. Entretanto, essas doutrinas não tiveram sucesso devido à condição favorável do capitalismo até então (ANDERSON, 1995). Elas eram “ideologias arbitrárias” (GRAMSCI, 2011), ou seja, não possuíam organicidade ao processo de construção da própria classe dominante naquele contexto histórico.

Estas ideias somente deixam de caracterizar uma “ideologia arbitrária” tornando-se “orgânica” na crise estrutural do bloco histórico fordista/keynesiano com a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra. *Hayek* e seus companheiros afirmavam que a crise havia se dado pelo excessivo e nefasto poder dos sindicatos e do movimento operário que haviam corroído as bases de acumulação capitalista com suas reivindicações sobre salários e a pressão para o aumento cada vez maior dos gastos sociais. A alternativa seria, então, um Estado forte economicamente e, de certa forma, omisso socialmente, caracterizado pela capacidade de romper sindicatos, mais parco em gastos sociais e focalizado em intervenções econômicas que se desdobrem em direitos sociais e limites a livre exploração do capital.

Assim sendo, na ideologia neoliberal se faz presente a intransigência ao comunismo. Isso fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo para além da crise econômica do período e foi predominante na Europa e na América do Norte. Como

medidas práticas produzidas por governos que aderiram ao programa neoliberal, a exemplo da ditadura chilena de *Pinochet* ou na Inglaterra durante os anos do governo *Tatcher*, é possível citar: contração da emissão monetária; elevação das taxas de juros; baixa dos impostos em rendimentos altos; diminuição do controle dos fluxos financeiros; criação de níveis de desemprego massivos; nova legislação anti-sindical e corte de gastos sociais. Ainda que com características direitistas e reacionárias, o neoliberalismo foi adotado como programa por governos eleitos por partidos social-democratas, historicamente aliançados com movimentos operários ou populares, como na França, Espanha, Portugal, Itália e Grécia, o que demonstra a hegemonia do neoliberalismo como ideologia.

O programa neoliberal se instala no mundo capitalista de maneiras diferentes, tendo seu início precoce no Chile, após o golpe militar do general Augusto Jose Ramon *Pinochet*. Depois da vitória do golpe contra o então presidente Salvador *Allende*, o país adota políticas implantadas de cunho neoliberal implantadas pelo ditador. As propostas faziam parte do programa de campanha do candidato da direita derrotado por *Allende* com o auxílio de um grupo de economistas chamados pela imprensa internacional da época de "os Chicago Boys", provenientes da Universidade de Chicago. Medidas como a privatização da previdência social, controle de gastos e privatizações foram instauradas.

Sob a orientação destes preceitos, já na década de 1980, os governos dirigidos pelos partidos republicanos e conservadores, respectivamente nos Estados Unidos e na Inglaterra, assumiram políticas que refletem o ideário neoliberal através dos governos do presidente *Ronald Reagan* e da primeira-ministra *Margaret Thatcher*. O neoliberalismo é uma teoria que orientou a primeira fase da recomposição burguesa pós-crise dos anos 70, incluindo as primeiras experiências de contrarreforma¹⁵ do Estado (Inglaterra, EUA, Chile e outros) até a sua crise entre os anos 1980 e 1990 se põe como a primeira fase do movimento de recomposição burguesa.

No ano de 1989, aconteceu o Consenso de *Washington*, que se pôs como um receituário das premissas neoliberais na América Latina. Atuou como uma recomendação que visava a embasar e difundir conduta econômica neoliberal sob a justificativa de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os

¹⁵ Utilizamos aqui o conceito de contrarreforma distinguindo-se do conceito de reforma, tal como propôs Carlos Nelson Coutinho no artigo "Hegemonia da Pequena Política" (2010).

da América Latina. Algumas das recomendações foram: reforma fiscal, abertura comercial, política de privatizações e redução fiscal do Estado, medidas já adotadas nos EUA e Inglaterra por *Reagan e Thatcher*.

Num panorama de avaliação efetiva da hegemonia neoliberal do mundo capitalista avançado, através de algumas prioridades deste, percebe-se que obtém êxito no que diz respeito a deter a inflação dos anos 1970, na utilização da deflação para recuperação dos lucros e no crescimento nas taxas de desemprego. Ainda assim, não obteve resultado satisfatório para a reanimação do capitalismo avançado mundial. Essencialmente, afirma Anderson (1995, p. 6-7), a desregulamentação financeira, que foi um elemento tão importante do programa neoliberal, “criou condições muito mais propícias para a inversão especulativa do que produtiva. [...] O peso de operações puramente parasitárias teve incremento vertiginoso e o peso do Estado de bem-estar não diminuiu muito”.

Ainda assim, com uma nova profunda recessão do capitalismo, em 1991, ao contrário do que se esperava, não ocorreu uma forte reação contra o neoliberalismo que demonstrou ainda mais força. Este fato pode ser explicado pela vitória do neoliberalismo em outra área, ou seja, a queda do comunismo da Europa oriental, representante de todo o ideário populista. Anderson destaca:

O dinamismo continuado do neoliberalismo como força ideológica em escala mundial está sustentado, em grande parte, hoje, por este “efeito de demonstração” do mundo pós-soviético. Os neoliberais podem se gabar de uma transformação socioeconômica gigantesca, que vai perdurar por décadas (ANDERSON, 1995, p.9).

Quando a ideologia neoliberal acabou por difundir-se drasticamente, Anderson declara:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (Idem, p.12).

Desta maneira, o fim da referida “Era de ouro” do capitalismo propicia campo favorável de disputa por um novo modelo econômico. Posteriormente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) adotou estas medidas recomendação aos países emergentes, durante a década de 1990, como meios para acelerar seu desenvolvimento econômico e como exigências para fornecer ajuda quanto às crises. Este movimento acarretou uma contrarreforma do aparelho do Estado, segundo postulados econômicos capitalistas sob a lógica neoliberal, com a vitória de forças políticas destas tendências em diferentes países, incluindo mudanças nas práticas formativas. A experiência é neoliberal impulsionada por exigências dos organismos internacionais como: o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de desenvolvimento (BIRD) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) sob a justificativa de auxílio aos países periféricos, empenhando a função de administrar as transações de crédito internacionais assegurando que os países capitalistas, principalmente aqueles pertencentes à América Latina, entre outras ações. Entre eles, o BM, em especial, instaura uma série de regras para que estes países adotem e empreendam reformas estruturais e a abertura de suas economias, adequando-se e atendendo aos requisitos do capital globalizado.

1.2 A crise do neoliberalismo e a saída conservadora social liberal: a segunda fase da recomposição burguesa.

Utilizando uma análise através da ferramenta do conceito de Estado Ampliado, é possível perceber a representação dos interesses das classes dominantes no país e sua busca pelo consenso/hegemonia. A hegemonia, segundo Gramsci (2007), é o exercício de produção do poder, realizado por organizações que cumprem o papel de produzir estratégias de conformação, convencimento, uma espécie de pedagogia, difundindo-as em determinados grupos a partir de uma dada sociabilidade.

De acordo com a análise realizada por Castelo (2013), a crise estrutural iniciada nos anos 1970 se materializa inicialmente como uma crise de hegemonia, estabelecida ainda no fim da década de 1960, e se torna estrutural devido à sua dimensão econômica, sobretudo a partir dos anos 1970. Em resposta a este processo, foi desenvolvido e implementado um novo padrão de desenvolvimento de trabalho, num amplo movimento de recomposição burguesa. Entretanto, esta substituição do modelo de produção e

reprodução das condições de dominação ocorreu sem uma análise crítica das causas estruturais que desencadearam a crise, já que isto levaria ao questionamento do próprio sistema de capital. Esse, aponta István Mészáros (2011), é o limite da própria recomposição burguesa.

Mészáros (2011) identifica que esta crise se torna estrutural a partir dos anos 1970, evidenciando que as rebeliões produzidas em 1968 e a reestruturação do modelo de produção são apenas os fenômenos deste processo crítico. A novidade apresentada a partir dessa década é a caracterização de uma crise de longa duração. A Burguesia busca, então, conformar seu pensamento para a sociedade. A reação da classe produziu modificações nos âmbitos do modelo de desenvolvimento econômico e das políticas sociais, com o objetivo de eliminar qualquer caráter universalista do direito público.

A justificativa burguesa para a crise estrutural dos anos de 1970 atribuiu ao modelo de produção fordista keynesiano as razões para a queda dos índices de produtividade e investimento. Em resposta a ela, foi implementado o modelo de estado neoliberal, sobretudo a partir dos anos 1980. Mészáros (2011) identifica que, a partir da recomposição burguesa neoliberal, foi aberto um período em que a transformação das forças produtivas em destrutivas e se acirrou enormemente. Sua análise prossegue enfatizando o caráter destrutivo desta nova fase de crise, que não se limita ao setor econômico, mas abrange “a vida social, econômica e política” (MÈSZÁROS, 2011, p.17).

A partir desta caracterização, compreendemos que a ofensiva burguesa, visando recuperar suas bases lucrativas, gera o encaminhamento das perdas à classe trabalhadora, a partir do aprofundamento das mais variadas formas de extração de valor, num movimento que intensifica o sobretrabalho e as formas de exploração. Como desdobramento da crise estrutural do capital, e com o intuito de retomar a taxa de lucro, a classe burguesa produziu modificações nas formas de desenvolvimento do trabalho, por meio da substituição do sistema fordista de produção pelo de produção flexível, denominado toyotismo e a política neoliberal. No eixo da produção, ocorre a introdução de máquinas que demandam uma nova composição de trabalhadores, polivalentes, capazes de realizar diversas tarefas durante a jornada.

No ambiente de trabalho, são difundidas novas retóricas, como medida de convencimento do trabalhador, atrelando-se os salários à produtividade, o que dá origem à política de bonificação. Dessa maneira, o trabalhador passa a regular o seu

próprio trabalho e o da equipe em que está inserido. Segundo Gurgel (2003), esse formato dissemina a lógica de gestão participativa e do sindicalismo de empresa, que retira a capacidade de luta dos trabalhadores pela melhoria das condições trabalhistas e salariais.

No neoliberalismo, verifica-se uma brutal regressão nas configurações no mundo do trabalho com o ressurgimento de processos de trabalho artesanais, familiares, informais, autônomos do “mercado negro” (que envolve o tráfico de pessoas), muitos deles baseados em força de trabalho infantil, escrava e feminina e dos imigrantes ilegais. Nas cadeias produtivas – diretas e indiretas – das transnacionais se constata a presença de processos de trabalhos pré-capitalistas, com níveis absurdos de exploração da força de trabalho, que não encontraram qualquer tipo de proteção social ou de direitos trabalhistas, resultando do empobrecimento físico, social e psíquico dos trabalhadores, enquanto indivíduos e classe (CASTELO, 2013 p.178).

A burguesia tem ampliado sua capacidade de obtenção de lucros, no contexto da recomposição neoliberal, por meio do aumento da exploração da força de trabalho e pela expropriação do fundo público, seja pela privatização das empresas estatais, seja pela transformação de direitos públicos em serviços “públicos não estatais”, que devem ser ofertados por organizações sociais, fundações e empresas. Castelo (2013) identifica ainda que, diante dessa recomposição, a burguesia radicaliza a divisão social do trabalho no mundo, ampliando ainda mais a relação desigual e combinada do desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Anderson (1995), o Estado dentro da concepção neoliberal deveria ser forte para conter o movimento sindical e capaz de permitir o desenvolvimento do livre mercado. Ao realizar o balanço da implementação do neoliberalismo, o autor salienta que a primeira experiência do modelo aconteceu no Chile, por meio de um golpe proferido por Augusto *Pinochet*. Em seu texto, o historiador destaca que esta primeira experiência do neoliberalismo chileno produziu um conjunto de reformas que foi capaz de produzir o crescimento econômico, mas que gera “desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos e privatização dos bens públicos” (ANDERSON. 1995.p.9). Castelo (2013) destaca que essa experiência não conseguiu implementar por completo o receituário neoliberal, ainda que tenha produzido imenso processo de privatização, uma vez que manteve a mineração do cobre como nacional.

A partir da crise estrutural com a queda do bloco histórico fordista keynesiano, as ideias neoliberais são utilizadas para salvar da crise desenvolvida, sendo também utilizada como plataforma de governo. Segundo o balanço realizado por Anderson (1995), a partir de 1980 ocorre o crescimento do neoliberalismo enquanto plataforma política, implementada por vitória eleitoral. O primeiro governo identificado pelo autor foi implementado em 1979 por *Margaret Thatcher*. Castelo (2013) aponta que, apesar do intenso processo de privatização realizado por este governo, ele não conseguiu retirar por completo as políticas promovidas pelo *Welfare State*, já que a área da saúde permanece pública.

A partir dos anos 1990, as consequências da adoção deste modelo — que, como evidenciamos, produziu maior flexibilização e retirada de direitos conquistados — começaram a ser perceptíveis para a classe trabalhadora, com a degradação das relações de trabalho. Castelo (2013) propõe a existência do desgaste nas relações trabalhistas tanto nos países centrais como periféricos. A hipótese do autor é de que a evidência na piora das condições de trabalho, a crise financeira e a luta da classe trabalhadora desencadearam a reação burguesa, que introduziu no sistema neoliberal pequenas políticas de alívio à pobreza, com o objetivo de manter a hegemonia de classe.

A política neoliberal é denominada por Castelo (2013) como “o receituário ideal”; a partir deste modelo, foram feitas pequenas concessões aos mais pobres, e se intensificou a pauta em defesa do meio ambiente. Como a implantação parcial do neoliberalismo foi o argumento utilizado para justificar a crise, o autor pontua que o social liberalismo pretende implementar um neoliberalismo completo, com políticas de atendimento focalizado, com o objetivo de camuflar a degradação da classe trabalhadora.

Ao analisar os dois modelos, Castelo (2003) identifica uma modificação importante: no modelo neoliberal, a desigualdade é vista como algo natural do livre mercado, e a concentração de renda estimularia o investimento, que resultaria na produção de emprego. Já na ideologia do social liberalismo, o desemprego é algo que deve ser resolvido — de acordo com Giddens (1999), por meio de uma parceria com o setor privado. Para isso, deve-se desenvolver uma cultura cívica.

Em todos os países em que o neoliberalismo foi adotado como programa de governo são expressas políticas de estabilização monetária às custas de juros elevados, desemprego e barateamento da força de trabalho são expressas políticas. Forma-se a

figura de um Estado estrito forte no controle econômico em sua função de desestruturar organismos defensores de questões relativas à classe trabalhadora e menor em gastos sociais e intervenção econômica. O desemprego estrutural da força de trabalho (HARVEY, 1992) torna-se motor do modelo vigente e uma das forças motrizes da recomposição burguesa.

Na década de 1990, começam a surgir críticas a reforma neoliberal, verifica-se a emergência de um conjunto de propostas em alternativas conservadoras e uma delas é o social-liberalismo em suas mais diversas correntes: Terceira Via, Sociedade do Conhecimento, Pós-Neoliberalismo e outros. Outra formulação, nesse sentido, é feita por Neves (2016), que caracteriza a emergência do social-liberalismo como uma fase “neoliberal de Terceira Via”.

O grande percussor deste modelo é o ex primeiro-ministro *Tony Blair* assessorado pelo intelectual *Anthony Giddens*, na Inglaterra, e se manifesta também através do presidente *Bill Clinton*, nos EUA. O modelo propunha-se como alternativa ao neoliberalismo através da proposta de superar a intervenção estatal e o Estado de bem-estar social. *Giddens*, em seu livro intitulado “A Terceira Via”, expõe considerações sobre o futuro dos princípios políticos social-democráticos, afirmando que “o socialismo está morto”, isto é, que é um modelo sem nenhuma aplicação prática possível nos tempos atuais.

Para *Giddens*, a terceira via configura a tentativa de conciliar a social-democracia com o neoliberalismo, representando, assim, uma política sem inimigos. Segundo o autor, é possível identificar esta ideologia nos governos de Bill Clinton, nos Estados Unidos, e Tony Blair, na Grã-Bretanha (GIDDENS, 2007, p.18).

Desta maneira, o autor sugere a perspectiva neoliberal como nova dentro das crises do capitalismo. Para ele, as discussões devem ir além dos debates entre conservadores e progressistas, em que haja um meio termo, descrevendo, então, o projeto neoliberal de Terceira via:

Vou supor que “terceira via” se refere a uma estrutura de pensamento e de prática política que visa adaptar a socialdemocracia a um mundo que se transformou fundamentalmente ao longo das duas ou três últimas décadas. É uma terceira via no sentido de que é uma tentativa de transcender tanto a socialdemocracia do velho estilo quanto o neoliberalismo (GIDDENS, 1999. p. 75).

Nesse sentido, passam a ser implantadas novas formas de atuação do Estado, principalmente através da colaboração e responsabilização de agentes exteriores a ele. O Estado amplia sua atuação e transfere responsabilidades para setores da sociedade civil, principalmente através de parcerias público-privadas e com outros organismos da sociedade civil. Difunde-se um discurso de que o bom funcionamento das políticas dependia de todos os cidadãos e que eles poderiam intervir na dinâmica destas responsabilizando-se.

No Brasil, a reforma gerencial é implantada a partir da década de 1990, através do Ministério de Administração e Reforma do Estado sob a tutela do, então, ministro Bresser Pereira. São instituídas mudanças tendo como base os modelos de gestão “gerencial” da iniciativa privada sob a justificativa de melhora na eficiência de administração dos processos. Então, os sistemas de administração pública sofreram, a partir deste período, profundas transformações. Na sociedade política, implica na introdução do modelo gerencial de gestão na administração pública, inserindo metas, avaliações externas e bonificações que alteram o padrão de regulação do trabalho no serviço público (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011). Seguindo o modelo implantado no governo *Thatcher*, depreciou valores relacionados às políticas e que favoreciam a população, gerando, então, uma contrarreforma, alterando educacionais, culturais e sociais. (SHIROMA, 2011).

O conceito de contrarreforma aqui utilizado remete aos estudos de Carlos Nelson Coutinho, que afirma que “Gramsci apresenta um dos traços definidores desta última como sendo próprio de todas as restaurações: “A Contrarreforma, [...] de resto, como todas as restaurações não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não, formal, entre o velho e o novo’.” (COUTINHO, p.34, 2010), diferentemente do caso de revolução passiva. Onde, destaca, não é momento preponderante do novo, mas do velho.

Melo *et al.* (2015) comentam que, nessa conjuntura, a educação básica assume um papel de extrema importância no projeto político hegemônico da burguesia. Por isso, segundo os autores, a qualidade da aprendizagem passou ser um quesito estratégico para qualificação técnica da força de trabalho, na forma de aumentar o padrão de competitividade internacional do país. Assim, ocorre redefinição da política educacional no lugar de uma educação para coesão social, a partir novas determinações

econômicas, políticas e culturais, cuja ênfase recai na relação entre educação e produtividade, ou melhor, de “Educação para Todos” para “Todos pela educação”.

A contrarreforma da educação no Brasil se aprofundou sobretudo a partir da promulgação da Lei 9.394/96 que trouxe o modelo gerencialista e se consolidou a partir da contrarreforma do Estado de 1995. Neste sentido, a educação e o trabalho docente sofreram mudanças no sentido de reorganização nas estratégias educacionais tendo como referência o modelo gerencial de controle de resultados e racionalização dos recursos humanos e materiais.

Teve continuidade nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, encontrando o suporte necessário nos intelectuais orgânicos da fração da classe burguesa. Nessa conjuntura, diversos aparelhos privados de hegemonia da burguesia se fortaleceram, especialmente depois da criação do Movimento Brasil Competitivo (MBC) em 2001, pelo grande magnata do aço Jorge Gerdau, Johan Peter. O MBC é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)¹⁶, financiada pelo setor público e privado que vem atuando como um grande agente mobilizador em diversos segmentos e setores (saúde, educação e segurança) na busca pela excelência em gestão e melhoria na competitividade e na produtividade através da sistematização e difusão do novo modelo gerencial de gestão do trabalho nas instituições públicas, inclusive, nos sistemas de ensino.

Nisso, a contrarreforma poderia ter sido realizada anos antes, ainda no governo de Fernando Collor (1990 – 1992). que teve início após a vitória nas eleições de 1989 com substancial apoio do empresariado contra a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (que expressava a promessa de um governo de unidade popular). A vitória do candidato representou a derrota de um projeto de transição democrática que realizasse as conquistas sociais reivindicada por movimentos sociais organizados na cidade e no campo com estreita relação com o PT. Apesar da crise que produziu o processo de impeachment o governo Collor, foi sucedido pela presidência assumida pelo vice-

¹⁶ As Oscips são entidades privadas que atuam sobre o pressuposto da “promoção de ações de interesse social como: promoção da defesa; cultura e conservação do patrimônio artístico e histórico; educação; saúde, segurança alimentar e nutricional; conservar e preservar o meio ambiente; trabalhos voluntários; combate à pobreza e defesa de um desenvolvimento sustentável, entre outros.” Longo, Luci. Pacheco, Vicente. Goulart, Érica (2014). A que regulamenta as Oscips é a Lei 9.790/1999, regulamentada pelo Decreto 3.100/1999. Uma ONG não é, necessariamente, uma OSCIP: a grande diferença entre eles está no fato de a primeira não ser reconhecida oficialmente pelo ordenamento jurídico brasileiro. Desse modo, podemos afirmar que toda OSCIP é uma ONG, contudo, nem toda ONG pode ser considerada uma OSCIP.

presidente Itamar Franco (1992-1994), dando continuidade ao programa de reformas e às privatizações em curso.

Entretanto, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a recomposição burguesa no Brasil atingiu seu maior desenvolvimento. O então presidente implantou políticas de estilo modernizado e intervencionista, com ajuste da economia brasileira às exigências de reestruturação global. De um lado, na sociedade civil, verifica-se a difusão de um enorme conjunto de organizações que se empenham na organização e difusão de interesses privados escamoteados de públicos, o que acarreta uma grande reforma da administração pública do país. O Brasil insere-se no contexto da Reforma Gerencial de maneira retardada através do MARE (1995) sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso e se aproxima das contrarreformas que já ocorriam desde 1980 nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta seria uma condição para o processo de modernização da administração pública e inserção do país na “globalização”.

Neste contexto, ocorreu a implantação do projeto neoliberal pelo mundo através do consenso, liderado pelos aparelhos privados da burguesia, assim como pela coerção aos campos de oposição da classe trabalhadora. Uma das bases fundantes dessa ideologia foi o ataque aos direitos trabalhistas e às lutas sindicais, com o claro objetivo de reduzir as resistências ao processo de materialização do neoliberalismo. (SPADETTI, p.67-68, 2018).

Os diversos documentos que foram criados pelo empresariado brasileiro durante este período, com base em tais preceitos, continham como principal preocupação a incapacidade do Estado no desenvolvimento da educação brasileira, no que tange a sua aproximação com o sistema produtivo. A justificativa das reformas passava pelo plano das ideias de que o Estado seria um órgão que precisaria ser mais eficiente e menos burocrático, através da administração por resultados, ideias compartilhadas dos modelos de iniciativa privada. De acordo com Bresser Pereira (1995), o “Estado” deveria ter sua extensão redimensionada e, a partir de uma “reforma gerencial”, uma nova dimensão que surgiria entre o “mercado” e o “Estado”, denominada como “público não estatal”.

Tais documentos deixavam claro que os empresários entendiam a necessidade de se investir na construção de uma nova pedagogia da hegemonia, que estivesse alinhada com as novas exigências impostas pelas medidas neoliberais. As organizações públicas

não estatais atuariam como Organizações Sociais (OS) e passariam a ser responsáveis por uma série de direitos que no decorrer dos anos 1990 foram categorizados pelos organismos internacionais, como serviços de: educação, cultura, saúde e outros no sentido de conformar os objetivos do empresariado.

O projeto das “reformas” neoliberais vê suas limitações, no fim da década de 1980, com expressivo apelo dos movimentos antiglobalização. Alterações na direção do movimento de recomposição burguesa foram provocadas pela emergência do “Social-Liberalismo” como um projeto político de reação às impossibilidades e efeitos negativos do projeto neoliberal. Como segunda fase dessa recomposição, orientada pelas teses “sociais-liberais”, passa-se a difundir uma nova pedagogia política através da direção intelectual e moral tanto da classe dominante, quanto da classe trabalhadora. (SPADETTI, p.72, 2018).

Desta maneira, trabalhamos com a definição de “social-liberalismo”, tratada por Castelo (2013) e Bianchi e Braga (2003), por entendermos que a teses sociais-liberais se inserem num “amplo movimento em escala internacional de incorporação de premissas do neoliberalismo por tradicionais partidos de orientação trabalhista e socialdemocrata” (BIANCHI; BRAGA, 2003, p. 207).

O bloco ideológico “social-liberal” condensa fundamentos e ações que Castelo (2013) destaca como: a desideologização dos discursos e práticas políticas; a ênfase no mercado como sistema social de distribuição de riquezas; a ressignificação dos conceitos de ética e responsabilidade pelo capitalismo; e a atuação assistencialista do Estado no que cerne às “questões sociais”.

Segundo sua lógica da Terceira Via, o Estado funciona como regulador, incentivando o setor privado por meio da diminuição de impostos. Esse processo ocorre através do incentivo à sociedade do conhecimento, da maior qualificação da mão de obra e do desenvolvimento da cultura cívica, capazes de melhorar as condições de vida locais. Castelo (2013) aponta que este modelo foi adotado tanto pela esquerda quanto pela direita. De acordo com o autor, é possível identificar o transformismo político de lideranças da esquerda a esse projeto — como exemplo disso, ele destaca as políticas implementadas pelo PT. Nesta variante, são feitas pequenas críticas ao modelo neoliberal. Castelo (2013) ressalta três:

Em suma, os intelectuais do social-liberalismo tentam diferenciar das vertentes do que chamei de receituário-ideal a partir de três modos de questionamento: 1) tecendo críticas contra o liberalismo extremado da globalização, que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros dos países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente a taxa de desemprego e, conseqüentemente, a tensão social; 2) discordando da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”; e 3) dando destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial de alívio à pobreza via transferência de renda e empoderamento dos indivíduos (CASTELO, 2013, p.264-265).

Apesar dessas pequenas desaprovações ao modelo neoliberal, são adotados os mesmos princípios. Castelo (2013), analisando ambos os projetos, conclui que se trata de um único projeto “reformista-restaurador” (CASTELO, 2013, p. 274), cujo objetivo é manter as taxas de lucros proporcionadas pela superexploração do trabalho, sinalizando como diferença os protagonistas.

CAPÍTULO 2

O PARTIDO DA BURGUESIA INDUSTRIAL NO BRASIL

Neste capítulo, trataremos da formação histórica da CNI onde, totalmente na contramão a uma formação “desinteressada”, desde os anos de 1940, a Confederação começou a construção de um complexo organismo composto por entidades que objetivam a formação de mão de obra industrial. A CNI, cujos intelectuais orgânicos têm como principal responsabilidade a função organizativa, atua de maneira que estes não o fazem apenas na sociedade civil, mas também se inserem no interior das agências da sociedade política na intenção de obter a direção das políticas públicas que lhes interessam.

Nesse sentido, Mendonça (2014) propõe o uso da categoria de Estado Integral como uma ferramenta metodológica àqueles que em suas investigações buscam analisar as formas de atuação da burguesia no interior do aparelho estatal. A partir de então, é possível investigar de que maneira os intelectuais orgânicos industriais, organizados na Confederação Nacional da Indústria (CNI), atuaram no interior do Estado restrito em busca de consolidar a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial (RODRIGUES, 1998, p. 43-4) através das políticas de formação profissional, visando compreender às manifestações desse processo para o campo educacional. Assim sendo, busca-se compreender a CNI como o moderno príncipe industrial, ou seja, como a mais importante fração do partido ideológico da burguesia brasileira.

21 Formação da Confederação Nacional da Indústria e organização da burguesia industrial no Brasil

A Confederação Nacional da Indústria é uma instituição criada no ano de 193, pelos industriais Euvaldo Lodi, Horácio Lafer e Vicente Galiez. Por meio da fusão de várias entidades, representavam os sindicatos patronais, dentre elas a Sociedade Auxiliadora da Indústria e o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, a chamada de Centro Industrial do Brasil (CIB). É responsável pela organização do setor industrial brasileiro e coordena um sistema formado por 27 federações

de indústria dos estados e do Distrito Federal e as filiações dos sindicatos patronais. ACNI sucedeu a CIB o primeiro órgão de representação do setor produtivo nacional e que estimulou a criação de várias Federações Industriais por todo Brasil. Para Rodrigues (1998, p. 07) a CNI é o “[...] mais importante órgão de representação da burguesia industrial brasileira[...]”. Ao longo de sua história, constituiu-se o maior órgão de representação da burguesia industrial brasileira, saindo do tímido Centro Industrial do Brasil (CIB), fundado em 1904, para a imponente Confederação que representa 27 federações, cobrindo todo o território nacional.

A CNI, como maior órgão de representação da burguesia industrial brasileira, tem por objetivo a busca da hegemonia do pensamento desta classe sobre toda a sociedade brasileira, e, inclusive, a hegemonia em termos de projeto educacional, tema a qual nos debruçaremos. Segundo MELO (2010), “a luta pela hegemonia pela burguesia industrial significa uma luta, em termos de superestrutura, para atingir o fim último da classe burguesa desde sua constituição, ou seja, a manutenção e o desenvolvimento da acumulação capitalista”.

A partir da década de 1940, a CNI se empenhou na formação de mão de obra para a indústria brasileira. Esta é a instituição que administra, desde então, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado no ano de 1942; o Serviço Social da Indústria (SESI), organizado em 1946, e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), surgido em 1969. Assim, afirma Rodrigues, (1997), “a burguesia industrial passa a dar atenção “molecular” nos departamentos educacionais” das instituições de formação brasileiras. Um dos fundadores da CNI, Euvaldo Lodi, ocupou a presidência da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe) em Santiago no Chile, realizada em 1948, trazendo para o país tais metas expressas no encontro e das instituições a ela vinculadas. A principal meta da CEPAL era consolidação de leis pela colaboração entre estados e governo federal em busca do desenvolvimento do país.

Algumas das organizações que antecederam a CNI deram impulso para que se consolidasse como é hoje foram a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1820), Centro Industrial do Brasil (1904) e Confederação Industrial do Brasil (1933). A proposta de educação industrial não era consenso, mas caminhava nesta direção. Já havia indícios da implementação do ideário industrial e desenvolvimentista não associados à oligarquia cafeeira, se defendia a necessidade de o Estado ampliar o apoio a produção nacional (RODRIGUES, 1998). O desenvolvimento industrialista foi

continuado por Getúlio Vargas durante os quinze anos de presidência, entre 1930 e 1945, apesar do governo heterogêneo. Segundo Boris Fausto (1995), com o presidente teria sido formada uma nova forma de organização estatal que se opôs ao antigo Estado oligárquico em pelo menos três aspectos: 1) Atuação econômica voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2) A atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos; 3) O papel central atribuído às forças armadas sobretudo como garantidor da ordem interna.

Nas três fases do desenvolvimento da CNI (RODRIGUES, 1998), foi justamente a direção político cultural da sociedade que a entidade buscou consolidar nos discursos de seus primeiros presidentes, os quais eram os responsáveis, até a década de 1970, pela medição entre os anseios da entidade e a sua veiculação para a sociedade e os governos.

De maneira geral, de acordo ainda com o pesquisador (1998, p.20), a transformação ocasionada pela mudança de regime após 1930 “soprou o moderno espírito burguês-industrial no corpo social, ainda agrário, via ações de um Estado estruturante, inclusive forçando a sindicalização e organização da classe trabalhadora através da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio afastando-o da influência do PCB e aproximando-o do estado.” Foi no período do Estado Novo (1937- 1945), depois do golpe de Getúlio Vargas, em 1937, que foi possível enxergar a vitória da união entre a burocracia civil e militar e a burguesia industrial nacional, tendo como objetivo a industrialização do país. Neste sentido, a CNI vê campo fértil para seu ideário durante a Era Vargas, sob uma conjuntura de “modernização conservadora”.

Em 12 de agosto de 1938, com o reconhecimento do governo federal de um número mínimo de quatro federações regionais (Federação dos Sindicatos Industriais do Distrito Federal – hoje município do Rio de Janeiro, Federação das Indústrias Paulistas, Federação das Indústrias de Minas Gerais e a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul), a CIB encerrou suas atividades, dando lugar à CNI. Cunha (1982) discute que as medidas adotadas no período da ditadura do Estado Novo, voltadas para a formação da força de trabalho industrial, representam as mais duradouras ações de política educacional:

Em 1938 foi enviada a CNI a primeira proposta relativa a aprendizagem industrial de adolescentes trabalhadores elaborado pelo ministério da educação. O anteprojeto previa criação de escolas destinadas aos filhos dos operários industriais sindicalizados. Estas seriam mantidas com recursos do imposto sindical e administradas em conjunto

pelos sindicatos de trabalhadores e pelos Ministérios da Educação e do Trabalho” (RODRIGUES, 1998, p.25).

Entretanto, nesse momento, a CNI foi contrária, passivamente. Após disputas no interior do Estado e esforços legislativos - os decretos: nº 1238/1939¹⁷ e o nº6.029/1940¹⁸ - por fim, em 1942, o Presidente Getúlio Vargas criou o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), que teria por finalidade “organizar e administrar em todo país, escolas de aprendizagem para industriários” e, também, “ensino de continuação e aperfeiçoamento e especialização, para trabalhadores industriários não sujeitos a aprendizagem” (RODRIGUES, 1998, p. 261). Em novembro do mesmo ano altera-se a nomenclatura de Industriários para Industrial através do decreto-lei nº4.936, mudança cujos objetivos não são totalmente esclarecidos.

De acordo com Cunha (1982), Getúlio Vargas teria coagido os industriais a assumirem a direção e o custeio do Serviço Nacional de Aprendizagem mediante ameaça de entregá-lo aos sindicatos operários. Já Roberto C. Simonsen (1973), Celso Suckow da Fonseca (1986) e a própria CNI registram o “inegável desejo” das classes patronais de cooperarem com a formação da classe proletária. A partir destas disputas, a direção foi entregue a CNI e foi empreendido o Ensino Industrial em larga escala.

Esse sistema paralelo de aprendizagem profissional que começa a ser organizado ainda no período do Estado Novo se incorpora ao esboço de sistema educacional elaborado pela legislação produzida a partir da LDB-1961. Não se integrava ao sistema de ensino propedêutico e, portanto, limitava aqueles que ingressavam à formação para o trabalho manual. É a partir desse momento que a CNI passou a ser fundamentalmente a protagonista da formação profissional no país. Nas décadas seguintes esse protagonismo se acentuou ainda mais com a formação do seu complexo educacional, formado por um conjunto de organizações.

O conjunto dessas entidades configura o que Rodrigues (1998) denomina de tríade pedagógica do aparelho CNI, através da qual é possível capturar o movimento, ou seja, a gênese, a lógica interna e as contradições do pensamento pedagógico dos

¹⁷ O decreto-lei obrigava as empresas a criarem cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e adolescentes atribuindo ao Ministério da Educação o controle do novo sistema de formação da força de trabalho industrial.

¹⁸ Regulamentava a aprendizagem industrial dando a responsabilidade para o Ministério do Trabalho.

industriais. O SENAI atua na formação de profissionais para 28 áreas da indústria brasileira, desde a iniciação profissional até a graduação e pós-graduação tecnológica. O SESI atende indústrias e trabalhadores no que diz respeito ao serviço de saúde, educação e entretenimento dos trabalhadores associados. Enquanto o IEL atua no atendimento a empresas através de soluções em gestão, formação e outros.

Em 78 anos de existência, a CNI possui 587 Unidades Fixas e 457 Unidades Móveis em todo Brasil, sua maioria na região Sudeste. Delas, 6 Faculdades de Tecnologia, 34 Institutos SENAI de Tecnologia, 16 Institutos SENA de Inovação, 474 Centros de Formação Profissional e 57 Centros de Atuação Conjunta, segundo seu portal da transparência (Acesso em mai/20), (Ver Tabela disponível no Anexo 1). As Unidades Móveis vão às instalações de empresas industriais que contratam os cursos, e comunidades em pontos mais distantes do país, em que não há escolas fixas do SENAI. Nelas, as áreas de atuação compreendidas são a Iniciação profissional¹⁹, Qualificação Profissional²⁰, Aperfeiçoamento Profissional/ Especialização Profissional.²¹

Os recursos que financiam as atividades do Serviço Social de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Social da Indústria (SESI) vêm da contribuição compulsória incidente sobre a folha das empresas contribuintes. As empresas recolhem ao SESI 1,5% e 1% ao SENAI sobre o montante da folha de pagamento desses estabelecimentos. São contribuintes empresas do setor industrial, transporte ferroviário e dutoviário e as de comunicações (exceto rádio e TV) (Disponível no Portal da Indústria, acesso em mai/20).

¹⁹ A Iniciação Profissional visa despertar o interesse pelo trabalho e preparar para o desempenho de funções básicas e de baixa complexidade de uma ou mais profissões. São cursos destinados a jovens e adultos, independente de escolaridade. tem duração variável. Disponível em <<https://senaiac.org.br/index.php/educacao/iniciacao-profissional.html>>

²⁰ A Qualificação Profissional Básica é o processo de formação e desenvolvimento de competências de um determinado perfil profissional definido no mercado de trabalho. Os cursos de qualificação preparam o indivíduo para o exercício de uma ocupação, tendo uma carga horária mínima de 160 horas, com aulas diárias entre três a oito horas, nos três turnos. Os cursos de qualificação à distância serão ofertados com carga horária mínima de 160 horas, com momentos presenciais de 20% da carga horária do curso. Na conclusão de curso é conferido certificado de qualificação profissional. Disponível em <<https://senaiac.org.br/index.php/educacao/qualificacao-profissional.html>>.

²¹ O Aperfeiçoamento e especialização são cursos que visam a atualização, ampliação ou complementação de competências profissionais adquiridas por meio de formação profissional ou no trabalho. Não caracteriza uma nova profissão e atende, sobretudo, às necessidades decorrentes de inovações tecnológicas e de novos processos de produção e de gestão. É uma modalidade de ensino para que profissionais que tenham habilidades específicas possam possuir outras habilidades somadas como formação de atualização. Disponível em <<http://www.ap.senai.br/educacao/modalidades/aperfeiçoamento-profissional.html#:~:text=Cursos%20que%20visam%20a%20atualiza%C3%A7%C3%A3o,de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20e%20de%20gest%C3%A3o>>.

O SENAI, atualmente, está presente em mais de 2 mil municípios brasileiros e oferece cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica. Também se encontra em iniciativas de desenvolvimento da educação profissional em outros países, contribuindo para a criação e manutenção de centros de formação em Angola, Cabo Verde, Guatemala, Jamaica, Paraguai, Peru, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Haiti.

Com a publicação da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, o SENAI passou a integrar o sistema federal de ensino, com autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de educação profissional e tecnológica, mediante autorização dos seus respectivos Conselhos Regionais. O “SENAI AUTONOMIA” é um site nacional destinado à publicação dos atos dos Conselhos Regionais do SENAI de autorização de funcionamento de cursos e programas de educação profissional e tecnológica. É possível compreender que, até o presente momento, os órgãos administrados pela CNI oferecem serviços que extrapolam a missão inicial de formação profissional para os “menores pobres” e integra a estratégia, deflagrada em 1993, de ampliação das atividades da Entidade, considerando a relação trabalho e educação enquanto uma totalidade concreta.

A luta pela industrialização foi um processo que, para os industriais, ultrapassou os limites das questões econômicas. A superação da economia primário exportadora e a consolidação de um país industrial necessitava de uma transmutação social que, com base na estrutura econômica, demandava alterações na superestrutura, ou seja, em todo o bloco histórico. Os discursos propalados pela CNI, ao longo da sua história, explicitam a educação enquanto um fator fundamental de desenvolvimento do setor industrial e, portanto, buscaram sempre adequá-la às suas necessidades e interesses produtivos seja sob a lógica da educação-mercadoria ou da mercadoria-educação (RODRIGUES, 2007). A burguesia industrial tem participado de forma orgânica do cenário político nacional, com o interesse primordial de adequar a economia nacional aos seus objetivos de desenvolvimento com desdobramentos importantes nas políticas educacionais.

Essa visão educacional corresponde ao que Gramsci chamou de “educação interessada”, ou seja, aquela que tem função de formar homens e mulheres de forma imediatamente ao mercado de trabalho, de acordo com as necessidades materiais das classes dominantes. Atribuindo à educação o papel de formação profissional de trabalhadores para a indústria, esse setor buscou adequar a educação a seu projeto particular.

Deste modo, a presença da burguesia industrial na luta pela hegemonia educacional, podemos investigá-la através da análise de seus aparelhos imediatos e privados de formação humana – SENAI, SESI e IEL. Assim, no que diz respeito à formação profissional, destacamos a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriais (SENAI).

Assim, os benefícios trazidos por essa nova forma de associação entre o Estado e as empresas atua a fim de formar pessoal qualificado para elas. Segundo Cunha, “O Estado era útil às empresas como fornecedor de recursos e garantidor das regras do jogo.” (CUNHA, 2000, p. 98). Ainda segundo o autor: “Nas escolas de aprendizes e artífices, mantidas totalmente pelo Estado para a formação de operários para as empresas era difícil para aqueles perceber as diversificadas demandas destas. As empresas, por sua vez, tinham dificuldades de influir sobre o ensino devido à interveniência da burocracia educacional e dos padrões curriculares rígidos, quase uniformes.” (Idem).

Os empresários ingressaram no âmbito profissional sob o pressuposto modernização-qualificação profissional com a defesa de um modelo de formação profissional mais moderno. Cabe buscar respostas que identifiquem os motivos dessa intensa participação da burguesia nos debates educacionais e nas ações educativas e compreender as posições dos intelectuais orgânicos da burguesia “ultrapassando a superfície do discurso das propostas empresariais para a educação da classe trabalhadora brasileira.” (RODRIGUES, 1998, p. 5):

As classes dominantes precisam estabelecer uma visão hegemônica sobre as causas da crise, para, em seguida, proporem alternativas para a sua superação, sem que com isso rompam as relações estruturais de produção-acumulação da mais valia. Ou seja, é preciso construir um discurso científico, político e filosófico que dê conta do passado e que convença as classes sociais a serem partícipes na construção de um novo estado do capitalismo.

Para Cunha (2000, p. 98),

O Estado era útil às empresas como fornecedor de recursos e garantidor das regras do jogo. Nas escolas de aprendizes e artífices, mantidas totalmente pelo Estado para a formação de operários para as empresas era difícil para aqueles perceber as diversificadas demandas destas. As empresas, por sua vez, tinham dificuldades de influir sobre o ensino devido à interveniência da burocracia educacional e dos padrões curriculares rígidos, quase uniformes.

Desta maneira, sustenta-se a hipótese de que a burguesia industrial brasileira, através de sua representação pela de seu principal aparelho privado de hegemonia, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), atua de modo a interferir e direcionar diversas políticas públicas educacionais.

Segundo (MELO, 2010), “trata-se, em cada uma das fases da CNI, da formulação de um projeto de sociedade, cujo fundamento é justamente a infraestrutura econômica, que determina em última análise a totalidade da sociedade.” A CNI representa e apresenta um projeto educacional, especialmente vinculado com a necessidade da burguesia industrial em formar trabalhadores para a indústria. É a formação para a indústria e a sua relação dialética com as demandas produtivas e técnicas que, aqui, nos propomos a analisar.

22 A Confederação Nacional da Indústria e a nova pedagogia da hegemonia

No início dos anos 2000, o corpo dos industriais brasileiros faz um movimento dentro da Sociedade Civil com o objetivo de ampliação da sua atuação além da demarcação legal/sindical, amplificando sua capacidade de representação no interior do Estado Ampliado. Importante a ser destacado, nesse sentido, é a criação do Movimento Brasil Competitivo (MBC) em âmbito geral, e o movimento Todos pela Educação (TPE) que se constituiu no mais importante movimento de articulação empresarial no campo educacional no período²².

O início do governo do Partido dos Trabalhadores - em 2003 – com a vitória de Luiz Inácio “Lula” da Silva, foi marcado por uma transição em que se mantiveram os

²² O papel da CNI no interior do Movimentos Todos pela Educação será examinado de maneira mais detalhada no Capítulo 3.

compromissos internacionais. Em relação às mudanças, podemos destacar o enfoque da política externa e a proposta de implementação de uma política industrial afirmativa, com diálogo com o setor empresarial. Outra mudança que se destaca no governo Lula foi a forte preocupação em construir canais de diálogo com o setor produtivo e uma política industrial ativa, o que acontecia de maneira mais fraca nos governos FHC. Diniz e Boshi (2007) destacam que a escolha do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) de ter José Alencar (senador e empresário de destaque do setor têxtil) como vice-presidente e a indicação de outros empresários para a equipe ministerial revelam a tentativa de aproximação com o empresariado (SILVA, 2011, p. 31).

Dessa maneira, a vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002 possibilitou um aprofundamento do social-liberalismo. Através da combinação da manutenção do cerne da política econômica neoliberal e a ampliação das políticas sociais compensatórias e focalizadas, o PT buscava a construção de um projeto de conciliação de classe. Segundo Silva e Lamosa (2021), o PT já não representava os anseios de setores da classe trabalhadora por uma educação pública emancipadora, mas uma expansão da atuação das organizações empresariais na educação básica.

Esse processo de incorporação do ideário neoliberal permitiu a adaptação de políticas advindas de interesses distintos e criação de consensos para implementar uma política industrial ativa. É importante observar que o empresariado apoiava o direcionamento do governo na busca de uma política industrial ativa, o estímulo ao comércio exterior e a ampliação dos canais de diálogo com o setor. No documento da CNI (1993), ao apresentar uma proposta de política para a educação, o empresariado assume papel ativo no processo de reformulação da política educacional e não somente de proponente de reformas.

Os empresários brasileiros reunidos na Confederação Nacional da Indústria (CNI), incentivou propostas educacionais para o país, investindo sobre os governos para que essas propostas transformem-se em políticas públicas de Estado. Essas considerações deixam claro que a compreensão das políticas educacionais implementadas nos últimos anos pelo governo brasileiro requer a análise de como o empresariado tem interferido na confecção dessas políticas. A questão levantada de um ponto de vista crítico é a redução da educação à formação de capital humano, o que é um projeto unidimensional de formação para o trabalho abstrato, e não um projeto emancipatório de educação (DE MELO, p.31, 2012).

Nesse período duas iniciativas estão inseridas dentro daquilo que Neves (2005) denominou como “nova pedagogia da hegemonia”: a formação do Movimento Brasil Competitivo (MBC) e do Movimento Todos Pela Educação (TPE). Ambas as iniciativas cumpriram a função de produzir uma unidade no interior da classe dominante a partir de um projeto classista de atuação no interior do Estado tanto na sociedade civil, em que se verificou a reunião de um conjunto extenso de organizações, quanto na política, no qual passaram a atuar com coesão em agências do estado restrito.

A história da hegemonia burguesa no Brasil se constitui por meio da construção, na sociedade civil, de uma diversificada rede de organismos de convencimento inseridos na sociedade e com a atração de sujeitos individuais e coletivos a este projeto. Neves (2005, p. 86) afirma que:

Tanto o bloco de forças que veio se agregando historicamente em torno ao projeto de sociedade quanto ao bloco de forças que se agrega em torno das ideias, ideais e práticas do proletariado foram-se constituindo em sujeitos políticos coletivos que passaram a disputar a hegemonia política e cultural, intelectual e moral da sociedade brasileira na aparelhagem estatal e na sociedade civil.

Sendo assim, essas duas iniciativas trabalham juntas em prol do projeto de conciliação e conformação dos seus ideais junto a classe trabalhadora. Ocorre um processo de impulsionamento do progresso tecnológico através de seus aparelhos, na construção de uma nova pedagogia da hegemonia (2005). Dessa forma, como um projeto político mundial, a “Terceira Via” apresenta um conjunto de interpretações alinhadas com a reestruturação do projeto burguês de sociedade, ao formular e difundir conceitos tanto intelectuais, quanto morais voltados para o desenvolvimento da nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005). Nesse contexto, as formulações feitas por estes dois movimentos se materializam como termos para a criação de uma identidade ideológica, de um determinado senso comum. Neves (2005) salienta que, para Gramsci, “o modo como o capitalismo vem ganhando a disputa hegemônica nas sociedades urbano-industriais contemporâneas se dá através do consenso ou da adesão espontânea” (NEVES, 2005, p. 26) à concepção de mundo da classe dominante.

O TPE atua de forma mais incisiva na definição de leis e nas regulamentações para a educação básica. Já o MBC tem trabalhado de maneira mais geral e, na área da

educação, incide na reconfiguração das redes públicas de ensino por meio de mudanças na estrutura da gestão e do processo pedagógico das escolas públicas. Foi criado em 2006 com o objetivo de organizar múltiplas organizações e empresas atuantes na educação, influenciando nas políticas públicas para Educação Básica, em nível nacional, a partir da bandeira do direito da qualidade da educação (MARTINS, 2016). Em 2007, chegou a definir a política educacional do governo Lula da Silva: o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), fato que trataremos mais à frente no capítulo 3. Depois, alcançou a esfera do Estado através do Plano Nacional de Educação (PNE-Lei N° 13.005/14) (LEHER, 2018).

Já o MBC foi criado em 2001 por setores industriais, liderados pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), sendo, ainda nesse mesmo ano, reconhecido pelo Governo Federal como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Nos seus relatórios de atividades se apresenta como um “agente importante de articulação e mobilização da sociedade civil organizada [...] da esfera pública e privada [...] para o aumento da competitividade no Brasil” (MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO, 2009; SILVA; LAMOSAS, 2021).

Esse Movimento reúne entre seus associados, além da própria CNI, os grupos Microsoft, Globo, Itaú e outros. O MBC, com a parceria do governo federal, lança, em 2019, o Programa de Melhoria Contínua da Competitividade, com o intuito de dimensionar o Custo Brasil e tomar medidas para diminuí-lo. Além disso, ele é mantido por grandes empresas e instituições com forte presença de grupos econômicos tecnológicos transnacionais, tais como: Amazon, Facebook, Google, Intel, Microsoft e Huawei. Segundo Silva e Lamosa (2021), o Movimento também incorporou organizações da sociedade civil, entidades patronais corporativas, sindicatos representantes da classe trabalhadora e representantes do aparelho institucional do Estado. O Movimento possui articulações com os organismos internacionais, entre eles, o Fórum Econômico Mundial (FEM), Banco Mundial (BM) e Agência para o Desenvolvimento Internacional do Estados Unidos (USAID).

Jorge Gerdau, presidente do conselho superior do MBC, foi um dos principais articuladores da criação do TPE. Este último elaborou diversos Seminários de Educação como meios de difusão da hegemonia da classe dominante e da formação de intelectuais orgânicos para difundir a pedagogia do capital. No ano de 2004, já sob o primeiro governo Lula, o MBC promoveu o I Seminário Internacional de Educação Brasil

Competitivo, que reuniu mais de 700 educadores e representante das principais organizações públicas e privadas para debater propostas para “melhoria na gestão da educação brasileira”.

A proposição das discussões do Seminário colocava a educação como um fator para o desenvolvimento econômico. Assim, o MBC, através dos seminários, deu continuidade na inserção do debate educacional na agenda empresarial, com a finalidade de criar um grande “consenso nacional” sobre o problema educacional brasileiro, como pode ser observado na fala do seu Conselheiro Jorge Gerdau. Segundo Silva e Lamosa (2021):

O MBC representa o fortalecimento de uma atuação empresarial organizada que articula empresas, indústrias, associações patronais e bancos, visando a reconfiguração das estruturas do Estado brasileiro. Na educação, a atuação do MBC ocorreu no sentido de reconfigurar as redes públicas de ensino a partir da inserção da gestão empresarial nas escolas, sob a justificativa de que as escolas públicas encontravam-se em crise de eficiência, de eficácia e de produtividade.

Durante este período, o empresariado, entendido aqui em sua organização, tanto em seu partido ideológico industrial quanto em seus Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais (APHs), manifestam intensa participação na formulação e difusão das políticas educacionais. O avanço dos APHs empresariais na educação se renova e se fortalece. Este movimento se dá sob o pressuposto de fracasso da educação endossado pelos organismos e instituições internacionais, como o BM, por exemplo. Deveriam atuar no sentido de conduzir as “reformas”, então os empresários e as suas organizações deveriam operar a superação da crise educacional pelo fato do Estado, dos trabalhadores da educação e dos sindicatos serem apontados como os principais culpados por tal fracasso.

Silva e Lamosa (2021) destacam que, no ano de 1995, no início do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Programa de Apoio à capacitação tecnológica da Indústria (Pacti) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) organizou o documento “Questões críticas da educação” (BRASIL, 1995), escrito pelos pesquisadores Cláudio Salm e Azuete Fogaça. Nele consta nove prioridades para adequar a educação às “atuais necessidades da realidade brasileira”, das quais destacamos a “Educação básica”, a “Participação empresarial” e a “Gestão

educacional”. Tornou-se referência como um conjunto de estudos realizados por APHs do empresariado industrial como IHL, dentre eles a CNI.

Com base nos documentos produzidos pela CNI e outros APHs do setor industrial, os autores mostram as principais questões apontadas pelos empresários em relação à educação. Entre elas, a necessidade de rever a relação entre escola e trabalho. Além desta necessidade, o papel dos empresários na elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores através de uma formação de novo tipo. A proposta da CNI, reproduzida pelos autores, consistia em uma educação geral e completa para que aqueles que ainda estão no mercado de trabalho possam assimilar diversas habilidades e competências exigidas pela empresa e um sistema para formar os possíveis excluídos que necessitam de urgência em desenvolver novas habilidades. Também se propõe a universalização à educação básica, o combate à evasão escolar e a revisão curricular (CNI, 1993 apud BRASIL, 1995). Diante disso, os autores traçam estratégias da participação empresarial na educação:

[...] a investir mais em Educação e treinamento, especialmente dos segmentos menos qualificados; b. participar diretamente no esforço de melhoria do ensino público de 1º e 2º Graus, através de convênios de cooperação com as Secretarias de Educação, para a manutenção das escolas existentes nas comunidades onde se localizam as empresas; c. incentivar as novas modalidades de cooperação entre o setor produtivo e as Universidades, incluindo um maior apoio às pesquisas que se dedicam à busca de métodos e técnicas pedagógicas mais adequados à clientela da escola básica; d. efetivar a abertura de oportunidades educacionais nos espaços fabris (escolas anexas às fabricas) e criação de facilidades para que seus empregados menos escolarizados possam completar sua Educação básica, vencendo as resistências e os problemas que levam a fracassar as iniciativas de ensino supletivo extra-empresa, pelo esforço adicional que exigem do trabalhador; e. a gestão dos programas empresariais de formação profissional deve contar com a participação de representantes dos trabalhadores. f. maior participação nos debates sobre a reforma do ensino (LDB) e as reestruturações curriculares que se fazem necessárias. (BRASIL, 1995, p. 41-42, apud SILVA E LAMOSA, 2021).

É possível com depreender que alguns dos objetivos são reforçados como o reconhecimento da centralidade da educação no cenário econômico da década de 1990 e o reconhecimento da ineficácia das políticas adotadas até então, por isso exigia-se mais participação do empresariado e de seus APHs na formulação e na operacionalização das políticas educacionais. Assim, é possível compreender que o MBC é um APH empresarial com atuação na educação básica. Silva e Lamosa (2021) ressaltam que as

propostas e ações desse APH conciliam as recomendações dos Organismos Internacionais, em especial o Banco Mundial e se articulam à formação de uma frente formada a partir da organização junto de diversas organizações empresariais que, para além de difundir a agenda dominante internacional, articula interesses e consolida um movimento de formação da hegemonia empresarial sobre a educação brasileira.

Desta maneira, buscamos compreender o papel da CNI nesta Nova Pedagogia da Hegemonia (NEVES, 2005) no Brasil através da atuação dos seus principais intelectuais orgânicos.

23 Intelectuais orgânicos da CNI

Toda organização da classe dominante precisa criar seus próprios intelectuais porque são os organizadores capazes de pensar e difundir uma concepção de mundo, organizar pessoas. A CNI no decorrer da sua história produziu seus intelectuais que tiveram destacada importância no período. Assim, para que seja possível compreender as suas ações no interior do Estado Ampliado, é necessária a identificação de seus atores individuais materializados no que Gramsci caracteriza como Intelectual Orgânico.

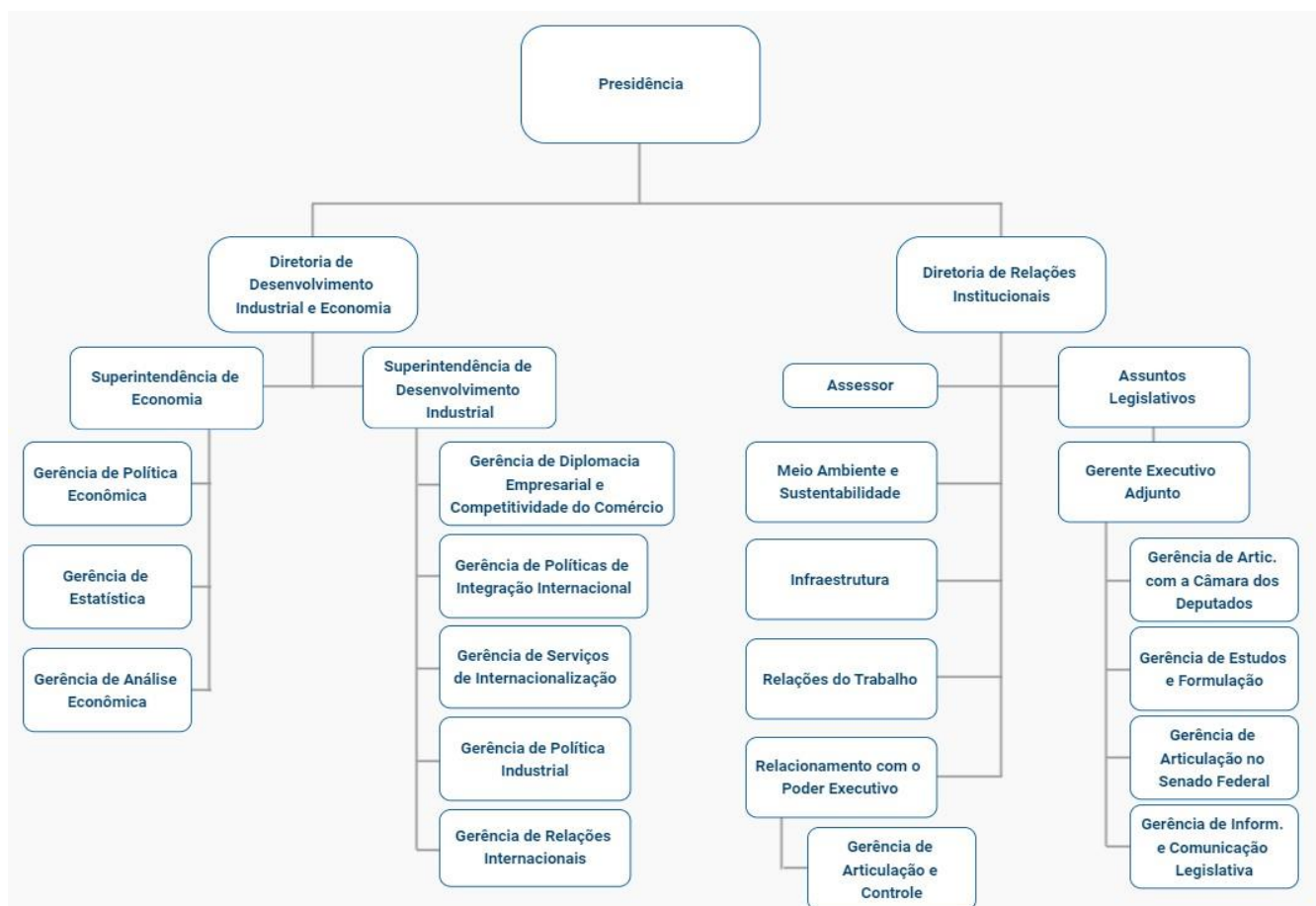
Os intelectuais orgânicos são fundamentais na legitimação dos projetos de sociedade. Segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos são definidos pela sua função essencial na capacidade de construir o consenso na sociedade, sobretudo são “gerados diretamente por uma classe e servem para lhe dar consciência e promover sua hegemonia” (GRAMSCI, 2011b, p.30). São aqueles que atuam sob a responsabilidade de incentivar o avanço ideológico e cultural da burguesia através da elaboração, sistematização e difusão de uma dada concepção de mundo.

Gramsci evidencia que no “processo histórico de formação das categorias intelectuais”, todo grupo social, “ao nascer na base originária de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe conferem homogeneidade e consciência da própria função no campo econômico”, de modo que “o empresário capitalista cria, junto consigo, o economista, o cientista da economia política” (Q 4, 49, 474-5). Neste sentido, os intelectuais exercem algumas diferentes funções no processo de construção da hegemonia. TUÃO (2018, p. 21) destaca que:

O trabalho dos intelectuais orgânicos é materializado a partir de três movimentos que se conectam: a transformação das teorias produzidas por teóricos de renome nos fundamentos que dão base ao projeto político-ideológico hegemônico, retirando de tais teorias os fundamentos capazes de ordenar a realidade; a aplicação dessas teorias na preparação dos novos intelectuais orgânicos que serão responsáveis por difundi-las organizando a política e a cultura; e por fim, confere um caráter mais simplista a mensagem ideológica implícita em tais teorias para que um novo senso comum possa ser produzido através dos intelectuais orgânicos difusores.

Os intelectuais da CNI se encontram organizados em diferentes frentes. A principal delas é composta pela Equipe Institucional e Equipe Técnica, como podemos ver abaixo, segundo os organogramas disponíveis no Portal da Indústria.

Organograma Institucional CNI



Fonte: Portal da Indústria. Disponível em:

<<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/estrutura-institucional/>>. Acesso em mar/2020

A Diretoria é eleita pelo Conselho de Representantes²³, através do sistema de chapas em que constam os nomes dos candidatos a todos os cargos e assume um mandato de 4 anos. Essa equipe é responsável por avaliar as propostas do presidente para estruturação e organização dos serviços.

Desde a sua fundação, nestes 84 anos, a CNI teve 14 presidentes, iniciando com o próprio Euvaldo Lodi, exercendo as seguintes funções:

Presidentes CNI					
Nº	Nome	Período	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO NO MUNDO CORPORATIVO, MOVIMENTOS, PARTIDOS, OS	CARGOS PÚBLICOS
1	Euvaldo Lodi ²⁴	1938 – 1954	Formado pela Escola de Minas e Metalurgia, em 1920.	Primeiro presidente da CNI, a qual ajudou a organizar. Fundou também o SENAI (1942) e o SESI (1946). Integrou o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, assim como a presidência da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIERJ). Presidiu a CNI até 1954	Foi Deputado Federal do Estado de Minas Gerais nos períodos de 1934 até 1937, 1947 até 1951, 1951 até 1955 e 1955 até 1956

²³O conselho de representantes da CNI é formado por dois delegados de cada uma das 27 Federações de Indústrias filiadas. O Conselho elege a diretoria e traça a política geral e as diretrizes estratégicas da CNI. (Disponível em: < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/conselhos-de-representantes/>>).

²⁴ Fonte: Site da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão. Disponível em: <<https://www.fiema.org.br/pagina/20/quem-foi-euvaldo-lodi>>.

2	Augusto dos Santos ²⁵	1954 – 1956	Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia.	<p>Diretor-presidente da Companhia Salvador de Seguros a partir de 1938. Secretário da Confederação Nacional da Indústria (CNI) a partir de novembro de 1952. Em 1954 foi eleito presidente da CNI, em substituição a Euvaldo Lodi.</p> <p>Em 1972 integrou a comissão organizadora da III Conferência Nacional das Classes Produtoras (III Conclap), conclave realizado em março do mesmo ano reunindo mais de 1.500 empresários, diretores e executivos de todos os estados do país. Como empresário, foi também presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem e da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, membro do conselho nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi), presidente do conselho regional do Sesi da Bahia e do conselho regional do SENAI da Bahia, além de diretor da Companhia Empório Industrial do Norte, da Urbânia Companhia Nacional de Seguros e da Urbânia Capitalização.</p>	<p>Foi Federal pela Bahia a partir do ano de 1950, na legenda da Aliança Democrática. Foi vice-líder do PR na Câmara em fevereiro de 1953. Reeleito deputado federal em outubro de 1954, na gora na legenda da Aliança Republicana Cristã, integrada pelo PR e o PDC.</p> <p>Durante essa legislatura integrou a Comissão de Economia da Câmara, como membro efetivo, e a Comissão da Bacia do São Francisco, como suplente. Mandato até 1959.</p>
---	----------------------------------	-------------	--	--	--

²⁵ Fonte: Site da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/augusto-viena-ribeiro-dos-santos>>.

3	Lídio Lunardi ²⁶	1956 – 1961	Formado no Curso Comercial, em Belo Horizonte.	<p>Presidiu o Sindicato da Indústria de Ladrilhos Hidráulicos e Produtores de Cimento de Belo Horizonte e o Sindicato da Indústria de Mármore e Granitos, antes de assumir a presidência da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), por dois mandatos consecutivos. Patrocinou a formação do Fórum Econômico de Belo Horizonte, onde políticos e empresários debateram sobre a economia nacional. A partir daí, ocorreu a criação da Usiminas, empresa siderúrgica de grande porte organizada com o apoio do governador José Francisco Bias Fortes e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), contando com capitais japoneses, da Companhia Vale do Rio Doce, dos governos estadual e federal, e de diversos empresários privados.</p>	
4	1ª e 2ª Juntas Governamentais ²⁷	1961 – 1962	-	-	-

²⁶Fonte: idem. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lunardi-lidio>>.

²⁷A Primeira Junta Governamental foi a Junta Militar Brasileira de 1961, um governo militar composto pelos três ministros militares Odílio Denys, marechal do exército; Gabriel Grün Moss, brigadeiro-do-ar da aeronáutica e Sílvio de Azevedo Heck, almirante da marinha. Foi a primeira junta governativa. A Junta Governativa Provisória de 1969, também conhecida como Segunda Junta Militar, foi um triunvirato governamental que governou o Brasil de agosto de 1969 outubro de 1969. Foi composta pelos três ministros militares: o Almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha; o General Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; e o Brigadeiro Márcio de Sousa Melo, ministro da Aeronáutica.

5	Haroldo Correia Cavalcanti	1962 – 1964		Haroldo Correia Cavalcanti assumiu a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em novembro de 1962, para substituir Domício Veloso da Silveira. Exerceu o cargo até abril de 1964, quando, após o movimento político-militar que derrubou João Goulart da presidência da República, foi substituído por uma junta governativa.	
6	3ª Junta Governamental ²⁸	1964 – 1964	-	-	-
7	Edmundo de Macedo Soares e Silva ²⁹	1964 – 1968	Ingressou em 1918 na Escola Militar do Realengo (predecessora da Academia Militar das Agulhas Negras). Formado em Engenharia na França e tendo se especializado em metalurgia.	Integrou a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos e posteriormente a Comissão Nacional de Siderurgia, ligada ao Ministério da Guerra. Foi diretor técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, presidente da ACESITA (posterior ArcelorMittal Inox Brasil), sendo sido nomeado presidente da CSN entre 1954–1955. Foi ainda presidente do conselho consultivo da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa). Ocupou a vice-presidência da Mercedes Benz, sendo em 1964 eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), e assumindo, logo após, a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI).	Foi ministro da Viação e Obras Públicas no ano de 1946, seguindo no cargo até sua eleição como governador do estado do Rio de Janeiro, em agosto daquele ano, apoiado pelos maiores partidos na época. Governou o estado do Rio de Janeiro de 1947 a 1951. Durante o governo de Costa e Silva exerceu o cargo de ministro da Indústria e Comércio,

²⁸Junta governativa composta de Hiaty Leal, Orlando Laviero Ferraiuolo e Eurico Amado

²⁹ Fonte: Site da FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edmundode-macedo-soares-e-silva>>.

8	Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto ³⁰	1968 – 1977	Formado em Engenharia.	Segundo presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) de 1964 a 1967, presidente dos Conselhos Regionais do SESI/CE e SENAI/CE e diretor regional do SESI no período de 1964 a 1971. Foi o principal organizador e presidente do Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem do Ceará até 1962 e presidente da Associação Comercial de 1955 a 1956. Em 14 de Outubro de 1968 assumiu a presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) ficando até 1977.	-
9	Domício Velloso da Silveira	1977 – 1980	Frequentou a Escola Politécnica na capital federal.	Presidente da Associação Comercial de Campina Grande em 1948.	-
10	Albano Franco ³¹	1980 – 1994	Graduado em Direito pela Universidade Federal de Sergipe	Atuou nas empresas da família, entre as quais a Refrescos Guararapes (detentora da franquia da Coca-Cola, na época), da FM Sergipe, TV Sergipe (afiliada da Rede Globo no estado). Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe (1971-1977), foi diretor da Confederação Nacional da Indústria (1977-1980) e presidente da referida entidade (1980-1994). Fundou em julho de 1949 a Federação das Indústrias do Estado da Paraíba na qual foi primeiro presidente. Foi eleito pela segunda vez em setembro 1977 presidente da Confederação Nacional da Indústria.	Governador de Sergipe nos períodos de 1995 a 2003. Também foi eleito Senador por Sergipe no período de 1983 a 1994, Deputado federal por Sergipe de 2007 a 2011 e Deputado estadual de Sergipe do período de 1967 a 1971

³⁰ Fonte: Site da FGV. Disponível em: < http://www.sfipec.org.br/documentacao/hpre/tpsbn_t.htm>.

³¹ Fonte: Idem. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/albano-do-prado-pimentel-franco>>.

11	Mario Amato ³²	1994 – 1995	Formado no curso de contabilidade e chegou a ingressar no curso de economia da Faculdade Armando Álvares Penteado.	Acionista majoritário da holding Springer S.A presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI, diretor do Departamento Nacional do SESI, presidente do Presidente da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (1986–1992) e da Confederação Nacional da Indústria. Conselho Nacional do SENAI e presidente de Conselho Superior do Instituto Euvaldo Lodi. De 1953 a 1989, foi presidente do Sindicato da Indústria de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo.	-
12	Fernando Bezerra	1995 – 2002	Formado em engenharia civil, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e pós-graduado em Engenharia Econômica e Administração de Negócios pela Utah State University – USA	Assumiu a Federação das Indústrias do estado e presidente da CNI.	Senador pelo Rio Grande do Norte do período de 1995 até 2007. Foi também 1.º Ministro da Integração Nacional do Brasil de julho de 1999 até junho de 2001
13	Armando Monteiro	2002 – 2010	Formado em administração pela Fundação Getúlio Vargas, e em 1988, em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). FONTE http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete	Presidente do Conselho Nacional Deliberativo do SEBRAE	Foi 34.º Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil de 2015 a 2016. Senador por Pernambuco de 2011 a 2019. Foi também Deputado federal por Pernambuco de fevereiro de 1999

³² Fonte: Site da FGV. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amato-mario>>.

			biografico/bezerra-fernando		a 2011.
14	Robson Braga de Andrade	2010–2014/ 2014-2018/ 2018-2022	Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).	Presidiu a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) por dois mandatos consecutivos, de 2002 a 2010, quando foi eleito presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foi reeleito em 2014, para o mandato 2014/2018, e em 2018, para o período 2018/2022. É, também, presidente do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Conselho Superior do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), e diretor do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI).	

Fonte: Elaboração própria com base nas referências supracitadas

É possível notar que, desde Euvaldo Lodi, grande parte dos presidentes da CNI transita nas duas dimensões do Estado Ampliado, ocupando cargos de grande influência, ajudando a disseminar seus interesses políticos. Atualmente o corpo diretor é composto por 38 pessoas, segundo tabela abaixo:

Cargo	Nome
Presidente	Robson Braga de Andrade
Vice-presidente executivo	Paulo Antonio Skaf
Vice-presidente executivo	Antonio Carlos da Silva
Vice-presidente executivo	Francisco de Assis Benevides Gadelha
Vice-presidente executivo	Paulo Afonso Ferreira
Vice-presidente executivo	Glauco José Côrte
Vice-presidentes	Sergio Marcolino Longen
	Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
	Antonio Ricardo Alvarez Alban

	Gilberto Porcello Petry
	Olavo Machado Júnior
	Jandir José Milan
	Eduardo Prado de Oliveira
	José Conrado Azevedo Santos
	Jorge Alberto Vieira Studart Gomes
	Edson Luiz Campagnolo
	Leonardo Souza Rogerio de Castro
	Edilson Baldez das Neves
1º diretor financeiro	Jorge Wicks Côte Real
2º diretor financeiro	José Carlos Lyra de Andrade
3º diretor financeiro	Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan
1º diretor secretário	Amaro Sales de Araújo
2º diretor secretário	Antonio José de Moraes Souza Filho
3º diretor secretário	Marcelo Thomé da Silva de Almeida
Diretores	Roberto Magno Martins Pires
	Ricardo Essinger
	Marcos Guerra
	Carlos Mariani Bittencourt
	Pedro Alves de Oliveira
	José Adriano Ribeiro da Silva
	Jamal Jorge Bittar
	Roberto Cavalcanti Ribeiro
	Gustavo Pinto Coelho de Oliveira
	Julio Augusto Miranda Filho
	José Henrique Nunes Barreto
	Nelson Azevedo dos Santos
	Flávio José Cavalcanti de Azevedo
	Fernando Cirino Gurgel

Fonte: Portal da Indústria Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/estrutura-institucional/>>. Acesso em mar/2020

O atual presidente, Robson Braga de Andrade, nascido em São João del Rey (MG) em 1948, é graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com especialização em Gestão Estratégica para Dirigentes Empresariais pela Fundação Dom Cabral e pelo The Business School for the World (INSEAD), na França.³³ Presidiu a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) por dois mandatos consecutivos, de 2002 a 2010, quando foi eleito presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foi reeleito em 2014 para o mandato

³³ Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/presidencia/>>

2014/2018, e em 2018, referente ao período 2018/2022. É, também, presidente do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Conselho Superior do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), além de diretor do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI).

Robson Andrade lidera o Movimento Empresarial pela Inovação (MEI)³⁴, iniciativa da CNI que reúne cerca de 300 líderes empresariais³⁵. Essa organização produziu mais de 70 estudos para apoiar políticas públicas de Ciência Tecnologia e Inovação. Também é membro do Fórum Nacional da Indústria (FNI), integrado por cerca de 70 associações setoriais. É, ainda, membro do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (CECAP), do Tribunal de Contas da União (TCU).

De 2015 a 2018, presidiu o Conselho Deliberativo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES) entre 2010 e 2018, e do Conselho Superior da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), de 2001 a 2004. Como empresário, Robson Andrade preside o Grupo ORTENG, conglomerado brasileiro fornecedor de equipamentos elétricos e eletromecânicos e de sistemas de energia e automação, com atendimento aos mercados nacional e internacional.

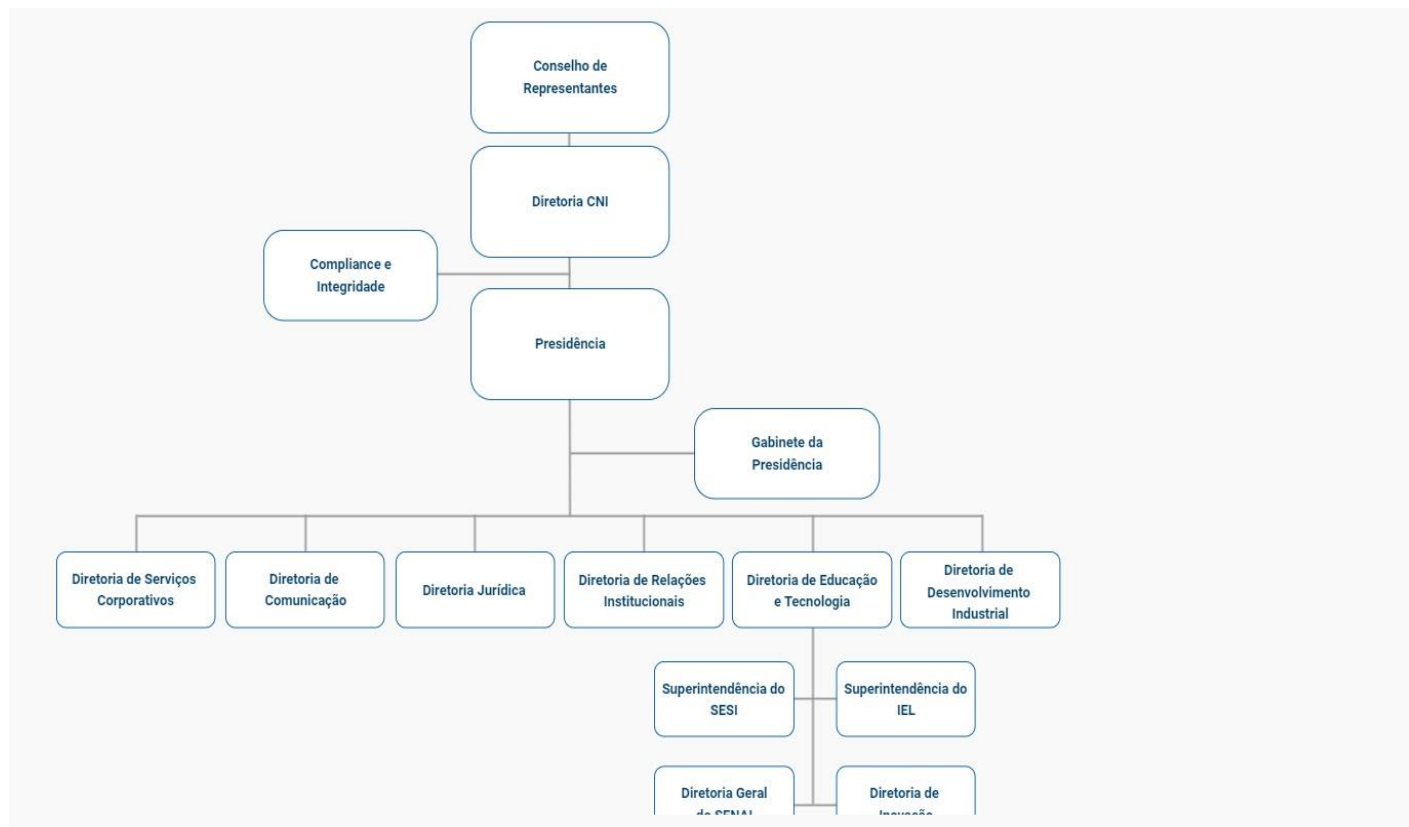
³⁴Segundo a CNI, “as indústrias brasileiras precisam de políticas públicas que atendam exatamente suas necessidades. Com o engajamento de líderes empresariais, a MEI une forças em uma ação jamais vista, que tem o objetivo de mover a agenda de inovação para que ela seja adequada à realidade empresarial. A MEI é um movimento que visa estimular a estratégia inovadora das empresas brasileiras e ampliar a efetividade das políticas de apoio à inovação por meio da interlocução construtiva e duradoura entre a iniciativa privada, academia e o setor público.” Disponível em:

<<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/mei/o-que-e-a-mei>>.

³⁵ Até o fechamento dessa dissertação, não foi possível concluir o levantamento destes membros e suas relações na sociedade civil devido à escassez de material e por não ser o objeto desta pesquisa esgotar este questionamento. Entretanto, entre os membros destaco a participação do Presidente da Frente Parlamentar Mista de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação no Brasil, Senador Izalci Lucas, que destaca o PLP 135/2020, de sua autoria, que veda a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas, dentre outros, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e do Presidente de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal da CAPES, Anderson Ribeiro Corrêa, dentre outros.

Em relação ao corpo técnico administrativo, está organizado da seguinte maneira:

Organograma Técnico Administrativo



Fonte: Portal da Indústria. Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/estrutura-tecnico-administrativa/>>. Acesso em mar/2020

A equipe de Educação e Tecnologia é dirigida por Rafael Luchesi e funciona com outras 6 subdiretorias³⁶. Devido ao escopo da pesquisa, destacamos a Diretoria Adjunta De Educação e Tecnologia que coordena, articula e promove a interação das ações do SENAI, SESI e IEL, além de acompanhar suas atividades.

³⁶ Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/2015/05/1,2505/diretoria-de-educacao-e-tecnologia.html>>.

Além dela está presente uma equipe de gestão estratégica que é responsável por coordenar e monitorar os processos de planejamento, orçamento e gestão estratégica das entidades nacionais do SESI, SENAI e IEL. Já a equipe de Estudos e prospectiva é responsável por elaborar estudos e pesquisas de prospectiva e tendência, estruturar e disponibilizar bases de dados secundários, com vista a subsidiar a formatação de produtos do SESI, SENAI e IEL. A diretoria de Relações internacionais propõe políticas e estratégias de cooperação técnica e prestação de serviços de âmbito internacional e coordena os respectivos processos.

É responsável por articular acordos, convênios, contratos e projetos internacionais de interesse do SESI, SENAI e IEL. A Unidade de Relações com o Mercado é responsável por propor e disseminar políticas, diretrizes e procedimentos de mercado para relacionamento e atendimento à indústria; prospectar oportunidades de negócios e coordenar o atendimento aos clientes de base nacional; fortalecer e consolidar as unidades de mercado dos regionais nas dimensões de estratégia, pessoas, processos e tecnologias. E, por fim, a Universidade corporativa tem por atribuições promover a qualificação dos profissionais do SESI e SENAI com foco no desenvolvimento das competências necessárias ao alcance dos desafios estratégicos e propor a racionalização das ações já existentes de educação corporativa para profissionais dos sistemas SESI e SENAI.

Rafael Lucchesi atua na CNI desde 2011³⁷ e ocupa as posições de diretor de Educação e Tecnologia da CNI, diretor-geral do SENAI e diretor-superintendente do SESI. Economista, formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é também integrante do Conselho Nacional de Educação desde maio de 2016. Foi diretor de Operações da CNI (2007–2010), secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado da Bahia (2003 – 2006), quando foi presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI). Nesse período foi membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT.

Além dele, fazem parte:

³⁷ Disponível em: <<https://imprensa.portaldaindustria.com.br/fontes/rafael-lucchesi/>>.

Nome	Cargo	Atuação
Mônica Messenberg	Diretora de Relações Institucionais	Diretora de Relações Institucionais da CNI, coordena a atuação das gerências de Assuntos Legislativo, Relações com o Poder Executivo, Relações do Trabalho e Meio Ambiente e Sustentabilidade. Bacharel em ciências econômicas e mestre em economia internacional pela Universidade de Brasília (UnB), construiu carreira no setor público, com experiência nas áreas de planejamento e controle, desenvolvimento e implantação de programas de governo. No Ministério da Educação, ocupou a secretaria-executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Cassio Augusto Borges	Diretor Adjunto Jurídico	Diretor Adjunto Jurídico da CNI. Foi representante da CNI na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e na Câmara Especial Recursal, ambas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), bem como no Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU). É advogado desde 1996 e mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio.)
Gustavo Leal	Diretor de Operações do SENAI	Diretor de Operações do SENAI Nacional, coordena as atividades de educação profissional, inovação organizacional e tecnológica, disseminação de conhecimentos, informações e aplicações, intercâmbio de experiências, torneios de formação profissional, acordos com empresas, estudos, pesquisas e projetos, cooperação nacional e internacional. É graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal da Bahia e pós-graduado em Engenharia de Processamento Petroquímico pela UFBA/PETROBRAS, com Especialização em Cinética e Catálise e em Gestão da Qualidade (UFBA). Está no SENAI há 20 anos. Foi diretor regional do SENAI da Bahia e diretor do Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec). Antes disso, foi engenheiro químico da Dow Brasil, empresa multinacional americana do ramo químico
Paulo Mól	Diretor de Operações do SESI	Diretor de Operações do Serviço Social da Indústria (SESI). Economista, é mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e especialista em políticas públicas e gestão governamental. Foi analista econômico do Ministério da Fazenda entre 1998 e 2004.

Gianna Sagazio	Diretora de Inovação da CNI	Diretora de Inovação da CNI e coordenadora executiva da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), Gianna Sagazio é responsável pelos temas de políticas para inovação e gestão da inovação. É membro do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); membro Conselho Consultivo da Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP); membro do Conselho de Administração do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE); membro do Comitê Gestor da Sala de Inovação, do Ministério da Economia (ME); membro da Comissão Nacional de Cordenação do Projeto Diálogos pelo Brasil da Academia Brasileira de Ciências (ABC); Membro do Conselho Técnico Consultivo do Inova do SINDIPEÇAS; membro do Conselho Consultivo do ENRICH no Brasil, Rede Europeia de Centros e Pólos de Pesquisa e Inovação, com hubs na China, EUA, África do Sul e Índia; e membro do Conselho Consultivo do Instituto Portulans. Antes, passou pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), Nações Unidas e Fundação Dom Cabral. Possui Mestrado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Católica de Brasília, certificada pela Wharton School University of Pennsylvania em Estratégia e Inovação.
Alexandre Furlan	Presidente do Conselho de Relações do Trabalho	Membro da Diretoria da CNI, desde novembro de 2010 preside o Conselho de Relações do Trabalho da confederação. Há mais de duas décadas atua como representante do setor privado na área trabalhista. É o atual vice-presidente da Organização Internacional dos Empregadores (OIE) para a América Latina – formada por 143 países – e representante da CNI na Organização Internacional do Trabalho (OIT), ambas com sede em Genebra, na Suíça. Formado em Direito e Administração de Empresas, é empresário
Renato da Fonseca	Superintendente de Desenvolvimento Industrial	Superintendente de Desenvolvimento Industrial da CNI. Ph.D. em economia pela Universidade da Califórnia de Berkeley, é responsável pelas pesquisas e indicadores da CNI e por estudos na área de competitividade. Um dos coordenadores do Mapa Estratégico da Indústria e dos documentos e propostas para as eleições de 2014. Autor de diversos estudos sobre comércio exterior, inovação, produtividade e competitividade. Ex-professor da PUC-Rio e do Mestrado em economia empresarial da UCAM - Universidade de Cândido Mendes.)

Jefferson Gomes	Superintendente de Inovação e Tecnologia do SENAI Nacional	Dr. Engenheiro Mecânico, formado e pós-graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em cooperação com a RWTH-Aachen – Alemanha. É professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) desde 2004, e Diretor da Fraunhofer Project Center FPC@ITA. Foi Gerente Executivo da Unidade de Inovação e Tecnologia - UNITEC (2011- 2014), Diretor Regional e Diretor de Inovação do SENAI Santa Catarina (2015 - 2018), Diretor Presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT (2019 – 2021). É pesquisador principal FAPESP da Plataforma IAsmín, um dos seis Centros de Inovação em Inteligência Artificial do País, e também Coordenador Técnico da Linha 4 do Programa Rota 2030.
Davi Bomtempo	Gerente executivo de meio ambiente e sustentabilidade	Gerente-executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, onde atua desde 2005. Foi assessor da Diretoria de Relações Institucionais, que trata de temas relacionados ao Legislativo, Executivo, relações trabalhistas, infraestrutura e meio ambiente e sustentabilidade. É economista, com especialização em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV-RJ).
Sylvia Lorena	Gerente-executiva de Relações do Trabalho e secretária-executiva do Conselho de Relações do Trabalho	Gerente-executiva de Relações do Trabalho e secretária-executiva do Conselho de Relações do Trabalho da CNI, que reúne representantes da indústria para acompanhar políticas públicas no tema. Advogada especializada em relações de trabalho, tem pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Mackenzie/SP e em Direito Previdenciário pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub). Membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no triênio de 2014 a 2017.
Felipe Morgado	Gerente-executivo de Educação Profissional e Tecnológica	Gerente-executivo de Educação Profissional e Tecnológica do SENAI Nacional, é administrador, formado pela Universidade Católica de Brasília, com MBA em Controladoria e Finanças e Pós-Graduação em Gestão de Projetos pela FGV. Anteriormente foi Gerente de Planejamento do SENAI (2008-2011) e Gerente Sênior de Planejamento e Orçamento do Programa Alfabetização Solidária (1998-2005). Possui mais de 20 anos de experiência nas áreas de educação, planejamento, orçamento e gestão, atuando em empresas do terceiro setor, instituições de ensino superior e na gestão e implantação de grandes programas federais, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. Membro dos Fórum Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Aprendizagem, também foi responsável pela implantação do primeiro Sistema de Avaliação de Desempenho de Estudantes de Educação Profissional e Tecnológica do SENAI.

Wagner Cardoso	Gerente-executivo de Infraestrutura	(Gerente-executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), ocupa o posto de secretário-executivo do Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra) da CNI, colegiado que reúne representantes do setor no acompanhamento das políticas públicas e demandas da indústria nesse tema. Formado em economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, possui mestrado em Engenharia dos Transportes pela COPPE/UFRJ e pós-graduação em economia do transporte marítimo, além de cursos nas áreas de portos e transporte de carga.)
Pablo Silva Cesário	Gerente-executivo de Relacionamento com o Poder Executivo	Gerente-executivo de Relacionamento com o Poder Executivo da CNI. É graduado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e doutor em Política Internacional Comparada pela UnB. Pós-doutorando em Grupos de Interesse e Democracia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi analista Sênior de Políticas e Indústrias da Unidade de Comércio Exterior da CNI.)
Márcio Guerra	Gerente-executivo de Estudos e Prospectiva do SENAI	É gerente-executivo de Estudos e Prospectiva do SENAI. Economista, com MBA em Finanças e mestrado em Economia do Trabalho pela Universidade Católica de Brasília, atuou como docente nos cursos de graduação e pós-graduação, também como consultor das Nações Unidas no campo da Educação. No Sistema Indústria desde 2004, exerceu cargo de gerente de Estudos e Prospectiva, coordenou estudos e pesquisas no campo da prospectiva, mercado de trabalho, tecnologia, educação e saúde.
Marcos Borges	Gerente-executivo de Assuntos Legislativos	Gerente-executivo de Assuntos Legislativos da CNI, é formado em Administração. Trabalhou na Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), na área de relações governamentais, onde comandava a atuação de defesa de interesses da entidade no Legislativo, no Executivo e no Judiciário. Ingressou na CNI em 2014 para coordenar o acompanhamento de projetos de interesse da indústria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
Katyana Aragão	Gerente de Saúde e Segurança na Indústria	Gerente de Saúde e Segurança na Indústria do Serviço Social da Indústria (SESI). Graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal do Ceará, é especialista em Sistemas de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, em Sistema de Gestão Ambiental e em Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais pela Ryerson University (Canadá). Também é especialista em Engenharia de Segurança no Trabalho pela Unigranrio e pós-graduada em Gestão de Segurança e Saúde na Empresa pelo Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho (CIF/OIT), em Turín-Itália

Samantha Cunha	Gerente de Política Industrial	Gerente de Política Industrial da CNI. Samantha é graduada em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (2005), mestre em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (2008) e doutora em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (2014). Foi aluna visitante da Université Paris Dauphine, França (2012). Pesquisadora do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia do Instituto de Economia da Unicamp entre 2009 e 2013. Desde 2014, é economista na Confederação Nacional da Indústria. Atualmente, é Gerente de Política Industrial nessa instituição. Tem experiência na área de Economia Aplicada, com ênfase em Economia Internacional e Economia Industrial
Sarah Saldanha	Gerente de Internacionalização	Gerente de Serviços de Internacionalização da CNI, tem 18 anos de experiência em comércio exterior. Graduada em Ciências Sociais e pós-graduada em Comércio Exterior, possui MBA em Negócios Internacionais. Antes da CNI, foi gerente do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC).
Fabrizio Panzini	Gerente de Políticas de Integração Internacional	Gerente de Políticas de Integração Internacional da CNI, foi coordenador de Análise Econômica do Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Na CNI, atuou também como especialista em negociações internacionais, quando secretariou o Fórum das Empresas Transnacionais (FET) e a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB). É bacharel em Relações Internacionais, especialista em Economia de Negócios pela FGV-SP e mestre em Economia Política pela PUC-SP. Recebeu treinamento em comércio internacional na Representação Diplomática do Brasil em Genebra.
Constanza Negri Biasutti	Gerente de Comércio Exterior	Gerente de Comércio Exterior da CNI, foi vice-diretora e chefe de Política Comercial do Departamento de Assuntos Internacionais da Eurochambres em Bruxelas. Atuou como assessora sênior do Observatório U.E- América Latina e na Cátedra Internacional OMC de Integração Regional da Universidade de Barcelona. É mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Bolonha, possui Diploma Avançado em Estudos Europeus pelo Colégio Europeu de Parma e pós-graduação em Relações Econômicas Internacionais-Integração Regional pela Universidade de Barcelona.
Matheus de Castro	Especialista em Políticas e Indústria	Especialista em Políticas e Indústria da Gerência-Executiva de Infraestrutura da CNI. Bacharel em Economia; mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente; e doutorando em Economia. Todos os cursos na Universidade de Brasília (UnB). Ingressou na CNI em 2010

Desta maneira, podemos perceber grande parte dos intelectuais que compõe o corpo da CNI, especialmente na diretoria de educação e tecnologia, trazem influências e pressupostos internacionais de gerenciamento e se inserem nas mais diversas maneiras no seio da Sociedade Civil. Servem como ponte para os interesses da burguesia industrial e a formulação de pesquisas e influência em políticas públicas através dos Conselhos e Diretorias da CNI.

Todas as ações discutidas por eles no âmbito da CNI são organizadas através de 10 Conselhos Temáticos³⁸:

1. Conselho de Assuntos Legislativos (CAL). O CAL tem como objetivo assessorar a Diretoria da CNI por meio da análise do processo legislativo. É ele quem faz o acompanhamento da elaboração de projetos de lei, coordenação de posições políticas da indústria e análise do processo político. Algumas das atribuições importantes dos membros desse conselho são articular apoio político e projetos de interesse do setor industrial; selecionar e ordenar projetos de lei de interesse do setor industrial e avaliar tendências políticas para assessorar a Presidência e a Diretoria da CNI.

2. O Conselho de Infraestrutura (COINFRA) assessora a Diretoria da CNI por meio da proposição de políticas e estratégias que visam o “aumento da eficiência da infraestrutura do país”. O COINFRA tem como atribuições defender os interesses da indústria nos diversos setores de infraestrutura, transporte de cargas e portos, energia (elétrica, petróleo e gás, dentre outras), saneamento básico e telecomunicações, dentre outras.

3. O Conselho de Meio Ambiente e Sustentabilidade (COEMAS) assessora a Diretoria da CNI “por meio de proposições políticas e estratégicas relacionadas às questões de interesse da indústria no que diz respeito ao meio ambiente e à sustentabilidade”.

4. O conselho de Micro e Pequena Empresa (COMPEM), por sua vez, “assessora a Diretoria da CNI com estudos e estratégias relacionadas a questões de interesse das microempresas e empresas de pequeno porte”.

³⁸ Disponível em: <<https://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/conselho-tematico/>>.

5. O Conselho de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (COPIN) assessora a Diretoria da CNI por meio “da análise de produtividade, competitividade, qualidade, ciência e tecnologia, treinamento e formação de pessoal, relação universidade e empresa e ainda propriedade industrial”.
6. O Conselho de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social (CRT) objetiva assessorar a Diretoria da CNI “por meio da análise das políticas de salário e emprego, relações sindicais, negociação coletiva, formas de organização do trabalho, saúde e segurança do trabalho, assistência social ao trabalhador e legislação internacional do trabalho”. Então, o CRT acompanha as tendências do mercado de trabalho, políticas de emprego e salários, legislação trabalhista, previdenciária e de seguros-desemprego, relações industriais e negociação coletiva, sistemas de organização do trabalho, seguridade social e a legislação e relações internacionais do trabalho.
7. O Conselho de Agronegócios (COAGRO) presta assessoria à Diretoria da CNI “em matérias relativas ao desenvolvimento e à competitividade dos diversos setores da agroindústria.” Esse conselho particularmente se articula no sentido de apoiar e fundamentar as entidades representativas da agroindústria.
8. O Conselho de Assuntos Tributários e Fiscais (CONTRIF) “assessora a Diretoria da CNI em matérias fiscais e tributárias que afetam o segmento industrial.”
9. O Conselho de Indústria de Defesa e Segurança (CONDEFESA) tem como intuito a proposição da Diretoria da CNI quanto às “políticas e programas de incentivo à base industrial brasileira de defesa, a partir da interação da indústria com a academia e o governo”.
10. O Conselho de mineração (COMIN) assessora a Diretoria da CNI em matérias relativas ao desenvolvimento e à competitividade do setor minerário.

Desta forma, é possível compreender que a CNI, através da atuação dos seus intelectuais orgânicos, se ramifica nos mais diversos setores da política brasileira, formulando pesquisas, fundamentando e aventando inúmeras propostas, projetos e concepções que influenciam toda política brasileira, pondo em conformidade da sua nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

CAPÍTULO 3

PENSAMENTO PEDAGÓGICO DA BURGUESIA INDUSTRIAL BRASILEIRA

Este capítulo propõe-se a compreender a atuação da CNI no interior do Estado brasileiro, por meio de pesquisa documental do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) durante os anos de governo do PT e nos documentos oriundos das políticas educacionais demandadas do MEC no mesmo período. O capítulo estará dividido em três tópicos.

O primeiro momento tem compreende a atuação da CNI no interior do CDES, amplamente conhecido como “Conselhão”. A definição dessa delimitação se justifica pelo fato do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) ter sido lançado no âmbito do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que, segundo GUIOT (2016), foi articulado, negociado e debatido sucintamente no interior do “Conselhão” onde Jorge Gerdau Johannpetter, conhecido e destacado industrial brasileiro, foi membro.

Espera-se compreender o posicionamento da CNI no interior do Estado em seu sentido ampliado, ou seja, compreender como as suas alianças e seus intelectuais orgânicos acontecem com outras organizações da classe dominante e mesmo o exercício de conflitos, consensos, tensões e acordos com organizações e entidades da classe trabalhadora no contexto caracterizado pelas conciliações de classe e governos sob a presidência do PT. A proposta é identificar como os intelectuais orgânicos da CNI, no referido período, se articularam na sociedade civil e na sociedade política e analisar a atuação de alguns destes no interior do CDES durante os governos Lula da Silva (2003-2010). Ainda neste tópico serão amadurecidos os estudos das fontes que já foram parcialmente manuseadas para formulação do capítulo 2.

Já o segundo tratará de pesquisa documental referentes a políticas educacionais no mesmo período, tais como: o Programa Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ / 2003-2007) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007). A análise destas duas políticas educacionais será acompanhada do debate bibliográfico com um conjunto de autores e grupos de pesquisa que vêm debatendo centralmente as ações dirigidas à formação dos trabalhadores realizadas pelos

Ministérios da Educação (MEC) e do Trabalho e Emprego (MTE) Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação – NEDDATE.

Através de um estudo panorâmico de alguns documentos da CNI produzidos na primeira década dos anos 2000: 1) CNI - Relatórios Anuais Portal da Indústria, Relatórios Anuais (2006 a 2016); 2) Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários. Rio de Janeiro: CNI/SENAI, 1993; 3) Educação para o mundo do trabalho: Documento Conceitual. Brasília: CNI, 2013; 4) Emprego na indústria: evolução recente e uma agenda de mudanças. Rio de Janeiro: CNI, 1997; 5) Mapa estratégico da indústria: 2007-2015. Brasília, DF: CNI, 2005; 6) Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil. Brasília, DF: CNI, 2007; 7) A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor. Brasília, DF: CNI, 2010^a; 8) Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil (2007). Aerão observadas aqui as concepções pedagógicas dos industriais a respeito da educação básica no país e o papel que esta classe atribui a este nível educacional no processo de competição burguesa internacional. Os documentos serão apresentados para que se possa apreender o movimento do pensamento da CNI nas reivindicações da classe burguesa nos anos 2000. Espera-se compreender o posicionamento da CNI com e demonstrar as bases que atuam com o objetivo da conformação da sua nova pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005).

3.1. O pensamento da CNI através do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.1 O CDES

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social ou CDES foi criado em 28 de maio de 2003 pela Lei n. 10.683, para viabilizar o diálogo entre governo do Brasil e sociedade. Ele era composto inicialmente por 82 membros da sociedade civil e 10 ministros de governo, o CDES passou por alterações na quantidade de conselheiros ao longo dos anos. As mudanças ocorreram por razões diversas: definição de novas estruturas, mudança de interesses do governo e criação ou extinção de ministérios. A partir de outubro de 2016, o “Conselhão”, como ficou conhecido, optou por não mais incluir os ministros de Estado em sua composição – à exceção do ministro-chefe da Casa Civil, que é o secretário-executivo do CDES e mantém seu assento. Autoridades

de governo continuam participando das reuniões do conselho na qualidade de convidados, sem direito a voto.

Ele consiste no aconselhamento direto ao presidente da República, por meio de recomendações que podem ser transformadas em novas políticas públicas ou contribuir para o aperfeiçoamento de políticas já existentes. Segundo o site da própria instituição, o CDES é um colegiado composto por representantes de diversos segmentos da sociedade civil, como: saúde, economia, segurança pública, inovação e empreendedorismo, entre outros. Ele intervém na formulação de políticas e diretrizes específicas, aprecia propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo presidente, para articulação das relações de Governo com representantes da sociedade. ((Site da Instituição, acesso em 08/08/2020)

O Conselho é presidido pelo presidente da República e tem como seu Secretário-Executivo o ministro de Estado chefe da Casa Civil da Presidência da República. A escolha dos integrantes do CDES é feita pelo presidente da República em função da trajetória profissional, da influência e da disposição de cada um para prestar contribuições relevantes à agenda de desenvolvimento do Brasil.

Os principais ambientes de diálogo do Conselho são os grupos de trabalho e as reuniões plenárias. Os grupos de trabalho são formados por conselheiros com conhecimento ou interesse em um tema específico, como educação básica, ambiente de negócios, agronegócio ou segurança pública, por exemplo e que, juntos, elaboram propostas a serem feitas ao presidente. Nas reuniões plenárias, levam suas recomendações ao conhecimento do presidente, dos ministros e de outras autoridades. Em geral os temas são escolhidos pelos conselheiros a partir uma lista elaborada pela Secretaria do CDES e submetida à aprovação do ministro-chefe da Casa Civil e do presidente da República.

As plenárias realizavam-se quatro vezes ao ano e combinavam temas apresentados pelo governo e o presidente da república na forma de recomendações e pelos conselheiros. Os conselheiros apareciam como “parceiros estratégicos” aptos a efetuar consensos com vistas a realização das reformas e de um projeto de desenvolvimento com inclusão (BRASIL, 2003).

Inúmeras são as entidades de representação do interesse empresarial presentes no CDES, dentre elas, as lideranças empresariais constitutivas do Movimento Todos

pela Educação (TPE). Daniel Feffer (Suzano Holding S/A), Fabio Barbosa (Presidente do Grupo Santander Brasil), Horácio Piva (Grupo Klabin), Jorge Gerdau (Grupo Gerdau), Milu Vilella (Banco Itaú S/A), Oded Grajew (Grow Brinquedos), Ricardo Young (Escola de Idiomas Yazigi Internexus) e Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) eram intelectuais orgânicos do grande capital, que faziam parte desse aparelho privado de hegemonia com propostas e programas no campo educacional.

Além deles, destacamos a presença do atual presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, que foi membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República nos anos entre 2010 e 2018, coincidindo com seu tempo no cargo na CNI (2002-atualmente).

Guiot (2016) destaca que “é evidente a sobrerrepresentação das lideranças empresariais no interior do Conselho. A presença maciça desses organizadores das classes e frações de classe do capital nas instâncias do Conselho foi marcante durante todo o período estudado (a saber, 2003-2010)”. O CDES permite a operacionalização da e manutenção da hegemonia empresarial dentro do aparelho do Estado.

Ainda segundo Guiot (2016), inúmeros foram os momentos em que os conselheiros-empresários intervinham nas reuniões plenárias do Conselho, no esforço de aderir suas demandas por mão-de-obra “qualificada” como um dos objetivos norteadores das políticas educacionais. As preocupações na suposta melhoria no acesso e na qualidade do sistema educacional vinculavam-se à ideia-comum de que a educação deveria ser uma das molas propulsoras para deslanchar o “desenvolvimento econômico e social”.

O movimento de inserção da classe empresarial no CDES toma alcance maior não apenas incentivando entidades civis sob coordenação empresarial através de contratos de gestão ou termos de parceria na consecução de serviços públicos, mas também por meio do empresariamento (GUIOT, 2016) da gestão participativa no interior do aparato estatal. Por diversas vezes, os conselheiros intervêm nas reuniões plenárias no esforço de aderir suas demandas por mão-de-obra “qualificada” como um dos objetivos norteadores das políticas educacionais.

Os conselhos atuam de maneira a oferecer contribuições à governabilidade estimulando a interlocução entre o Estado e sociedade. Neste processo, Sociedade Civil e Sociedade Política se envolvem por meio das demandas empresariais aceitas e implantadas como políticas públicas, consolidando a hegemonia. Neste sentido, as

preocupações na suposta melhoria no acesso e na qualidade do sistema educacional vinculam-se à ideia de que a educação deveria ser uma das molas propulsoras para deslanchar o “desenvolvimento econômico e social”. (GUIOT, 2016, p.7) de maneira a ressignificar as reivindicações populares direcionando-as aos interesses empresariais.

Com o objetivo de intervir na questão educacional, uma das frentes de atuação do empresariado no Conselho se deu através da criação de um Grupo de Trabalho específico em outubro de 2008: o GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica. Composto por 28 conselheiros, 14 deles estavam intimamente vinculados ao meio empresarial. Guiot (2016, p. 8), destaca:

Os esforços empreendidos no GT Educação Profissional, Técnica e Tecnológica consolidaram-se como uma das propostas de políticas educacionais constitutivas da “Agenda para um Novo Ciclo de Desenvolvimento” (ANC), publicada em 2010, pelo CDES. Fruto de uma reedição atualizada da “Agenda Nacional para o Desenvolvimento”, publicada em 2005, a ANC traz proposições acerca dos desafios para o desenvolvimento do Brasil num contexto de deflagração e espraiamento da crise econômica e financeira internacional.

Nesse sentido, compreendemos que os setores empresariais, organizados através dos seus aparelhos privados de hegemonia são a “criação de um sistema de profissionalização para atender as próprias demandas, respondendo à formação técnica mais elementar para o trabalho simples” e da “preocupação de uma formação da classe trabalhadora orientada e sustentada pelos valores e comportamentos sociais próprios do mundo burguês-empresarial”, trabalhando em função da consolidação da sua hegemonia. Para que isto seja possível, é necessária a permissividade dos membros do governo. Guiot (2016) afirma que:

Não restam dúvidas de que os governos Lula e Dilma amplificaram e puseram em prática os projetos empresariais, dentre os quais se destacaram os educacionais. A operacionalização petista (e de seus aliados) para consolidação e aprimoramento da hegemonia empresarial encontrou, no CDES, um dos caminhos mais profícuos no interior do Estado restrito, inclusive no campo educacional, muito devido ao fato de apresentar-se como bastião e guardião da “democracia participativa”, quase sinonimizada de conciliação de classes.

As relações entre o CDES e o Congresso Nacional eram realizadas por meio de contínuas cobranças junto ao Executivo (Presidente, Ministros e Secretário-Executivo do CDES) e à SEDES (Secretaria De Desenvolvimento Social) nas reuniões plenárias.

Guiot (2016) frisa que, além do secretário-executivo da SEDES, dois destacados conselheiros mantinham ou mantiveram trânsito com o Congresso: o ex-governador e ex-deputado federal Germano Rigotto (conselheiro que conduziu o debate no GT Reforma Tributária do CDES) e o então deputado federal (PTB-SP) e presidente da CNI Armando Monteiro Neto, apesar de não ter sido convocado formalmente para integrar a plenária do Conselho.

O CDES trabalhava na construção de uma Agência Nacional de Desenvolvimento (AND) para o país entre julho de 2004 a agosto de 2005, o que se mostrou um importante instrumento de produção de elementos estruturantes de um projeto burguês, sobretudo empresarial. Guiot (2016) destaca que “as contrarreformas iniciais já tinham sido aprovadas e o governo dava provas cabais de que assumira a administração da máquina estatal posicionando-se em defesa e facilitando a direção da *grande política do grande capital monopolista*” (grifos do autor).

Desta maneira, inicia-se a formatação de uma agenda composta por dentro do aparato estatal, produzida e demandada desde os anos 1990 pelos principais aparelhos privados de hegemonia empresariais como a FIESP e a CNI. Assim, as contrarreformas em andamento e ali discutidas, foram aprovadas no Congresso Nacional, conforme afirma Guiot (2016, p. 65):

As contrarreformas da Previdência, Tributária, Sindical, Trabalhista e Universitária, as Parcerias Público-Privadas (lei 11.079/04), o Programa de Aceleração do Crescimento, a Lei Geral da Micro e Pequenas Empresas (lei complementar 123/06), a Nova Lei de Falências (lei 11.101/05), a Lei do Cadastro Positivo, o programa de desconto de crédito consignado em folha de pagamento e a conta-investimento (leis 10.820/03 e 10.892/04, respectivamente), as propostas para adequação da infraestrutura, para a educação (FUNDEB, ProUni, ProJovem e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, por exemplo) e para a Habitação de Interesse Popular (que resultou no programa Minha Casa Minha Vida), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, dentre outras iniciativas, foram discutidas no CDES e aprovadas pelo Congresso. O CDES teve também influência direta na criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) (De acordo com o Secretário Jaques Wagner, na Ata da 7ª Reunião Plenária, em maio de 2004, —essa sugestão veio do deputado e presidente da CNI Armando Monteiro) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), ambas ligadas ao MDIC, além de ter sido articulado e lançado recomendações ao Fórum Nacional do Trabalho (FNT).

A educação é apresentada no documento O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 como um sustentáculo das propostas empresariais para o futuro do país, devido à ênfase do projeto na necessidade de inovação e agregação de valor dos produtos como fatores de competitividade da indústria. Para que tal cenário se realize, segundo o documento:

É imprescindível prover um ambiente de geração e disseminação de conhecimentos em grande escala, fundado no acesso amplo às tecnologias de informação, no desenvolvimento de competências profissionais e humanas adequadas às necessidades do setor produtivo e no fomento ao empreendedorismo e à criatividade. (p. 31)

Portanto, busca-se o entendimento dessa complexa rede de relações que a CNI construiu nas últimas décadas e da análise do seu projeto de formação da força de trabalho de nível médio nos dias atuais. Faz-se necessário apreender a atual conjuntura na qual o empresariamento das políticas educacionais por esse APH tem se dado, em que um conjunto de contrarreformas marcam uma nova ofensiva do capital sobre os trabalhadores (MOURIÑO, 2020, p.36-37). Então:

No que diz respeito à educação, guiados pedagogicamente pela ideia-força de que esta era deficitária, por ser inadequada à nova realidade material do país, particularmente a educação profissional, advogavam a necessidade de readequá-la de modo a formar uma massa de trabalhadores para a indústria. (Idem, p. 80).

De acordo com Euvaldo Lodi, era fundamental o investimento no “preparo do homem”, pois a falta de mão de obra apta a cumprir tais tarefas refletia em baixa produtividade. A questão da produtividade é central até hoje nos discursos da CNI, aparecendo aqui em dois sentidos: associada ao desenvolvimento industrial, mas também ao desenvolvimento individual, já que defendiam que o aumento da produtividade era também um fator de elevação da qualidade de vida do trabalhador (MOURIÑO, p.80, 2020).

Dos anos de 1990 até os dias atuais o setor industrial passou por novas transformações tecnológicas e com elas novas demandas formativas foram sistematizadas. Ainda assim, a documentação da CNI evidencia que, em linhas gerais,

há uma manutenção no pensamento pedagógico da Confederação, uma vez que o padrão de acumulação e o modelo produtivo são ainda o flexível e o objetivo geral da Confederação e a conquista da competitividade, principalmente no mercado internacional.

No Relatório anual de 2006 é possível notar que a CNI formula ideias a respeito de “inovação”, “competitividade empresarial” e esboça algumas ações institucionais em direção ao que fica denominado “Programa Nacional de Planejamento”. Fica estabelecida a Comissão Nacional de Planejamento, formada pelos superintendentes regionais, que elegem um representante de cada região geográfica para ajuda das tomadas de decisões institucionais. (p.34). Nesses encontros regionais, foram apresentados os trabalhos desenvolvidos nas comissões temáticas, a partir dos quais se definiram as ações sistêmicas.

Sobre a postura dos empresários, estes se posicionam no documento como agentes ativos em relação à sociedade em geral, ou seja, traz o ideal de que classe empresarial não proponha as mudanças e assuma suas bandeiras para toda a sociedade, defendendo as reformas necessárias e os programas estratégicos para o crescimento e competitividade da indústria (CNI, 2005). O documento “Relatório Anual SESI SENAI IEL” (2018) atua, segundo a CNI, como “um instrumento utilizado por CNI, SESI, SENAI e IEL para prestar contas à sociedade de todo o trabalho realizado ao longo do ano. É feita uma análise dos objetivos, dos resultados e das ações que são apresentadas de forma transparente no documento”. Além dele, no Relatório Anual 2007 (2008) podemos ver algumas das ações da CNI em direção a disseminação do seu ideário. Neste ano, ficou decidido a implementação “inovação contínua por intermédio do planejamento” através de incentivos a estagiários e inovação nas empresas fundo verde-amarelo.

Criado em 2000, o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa, mais conhecido como Fundo Verde-Amarelo, tem por objetivo financiar ações e projetos que incentivem o comprometimento de empresas e instituições de ensino e pesquisa com o processo de inovação tecnológica. Através dele, a CNI permite-se parcerias que, segundo eles, “visa multiplicar recursos e catalisar esforços para capacitá-los a empreender inovações – de produto, processo, serviço ou melhorias incrementais – que aumentem a competitividade do setor produtivo brasileiro.” (CNI, p.35, 2008).

Nota-se que a educação básica, em especial a de nível médio e profissional, vem ganhando atenção nas documentações técnicas produzidas pela CNI desde os anos de 1990. De acordo com Rodrigues (1998, p. 130), essa transmutação na visão industrial sobre a educação básica segue a seguinte ideia:

Se três décadas antes, a educação básica, então restrita às quatro ou cinco séries escolares iniciais, era encarada como utopia nefasta, agora a CNI passa a encará-la como um elemento indispensável para a indústria competitiva, além de ampliá-la para cerca de 12 anos de escolaridade. Para o atual discurso empresarial, uma força de trabalho desprovida de educação básica conduzirá a indústria brasileira a uma letargia fatal.

Os empresários disputam ações sobre a suposta qualidade e a universalização da educação básica, elementos fundamentais para a formação dos trabalhadores, haja vista a sua baixa qualificação na indústria brasileira. O documento Educação para a nova indústria (CNI, 2007) é o guia das ações educacionais do Serviço Social da Indústria (SESI), que é a entidade do Sistema Indústria responsável pela educação básica em todo o país, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), responsável pela educação técnica e tecnológica do sistema. Esse documento é parte das ações do Mapa estratégico da indústria 2007-2015. A Origem de que parte o documento é a relação estreita entre educação e desenvolvimento econômico pelo fato da produção industrial no mundo passar por transformações com a introdução de novas tecnologias, e o Brasil necessitar colocar-se competitivamente na disputa por mercados, o que exige uma mão de obra qualificada.

Para responder aos desafios colocados ao capital mediante a competitividade internacional, os empresários propõem o programa Educação para a nova indústria. Seus principais elementos são assim resumidos: expansão e diversificação da oferta de educação básica, continuada e profissional ajustada às necessidades atuais e futuras da indústria; modernização, otimização e adequação da infraestrutura física de escolas e laboratórios; flexibilização no formato e nas metodologias de atendimento às demandas educacionais da indústria; capacitação de docentes, técnicos e gestores em tecnologias e gestão dos processos educacionais (CNI, 2007).

O documento mais amplo produzido pela CNI nos anos 2000 denomina-se “O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015” (CNI, 2005) e constitui um grande panorama

dessa visão de mundo da burguesia industrial brasileira. Aparecem aí as principais concepções desta classe a respeito de questões como a economia brasileira, a política, a educação, o sistema jurídico, o papel do Estado e da indústria para o desenvolvimento do país. Entretanto, é através das discussões no âmbito do CDES que podemos identificar tais concepções.

Seguindo os pressupostos do Banco Mundial, o empresário Jorge Gerdau, considera a educação a base para o desenvolvimento econômico. Ele atua como conselheiro permanente do CDES e assumiu a presidência do Instituto entre 1980-1982, deixando a presidência do grupo em 2006.

Jorge Gerdau fez parte do conselho de administração da Gerdau, desde 1973³⁹. Segundo o site da empresa, é a maior empresa brasileira produtora de aço e uma das principais fornecedoras de aços longos nas Américas e de aços especiais no mundo. No Brasil, também produz aços planos, além de minério de ferro para consumo próprio. Além do ramo empresarial, administrador atuou como:

- Presidente do Conselho Superior do Movimento Brasil Competitivo (MBC);
- Líder do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP);
- Presidente do Conselho do Prêmio Qualidade do Governo Federal;
- Membro do Conselho da Fundação para o Prêmio Nacional da Qualidade;
- Membro do Conselho-Diretor do International Iron and Steel Institute (IISI);
- Conselheiro do Instituto do Aço Brasil;
- Presidente do Conselho de Administração de Açominas;
- Membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Governo Federal;

- Membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI);
- Membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium;
- Membro do Conselho de Administração da Pólo RS - Agência de Desenvolvimento;
- Presidente do Conselho Consultivo da Junior Achievement Brasil.

Fora da Gerdau, Jorge atua como incentivador de vários movimentos educacionais, como o projeto Todos pela Educação e o Conselho da Fundação Iberê

³⁹ Fonte: site da Gerdau. Disponível em: <<https://www2.gerdau.com.br/sobre-nos/perfil-gerdau>>.

Camargo. Ele é, ainda, como já vimos, membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial e também Membro do Conselho de Governança do Instituto Millenium. Além disso, fundou uma série de organizações articulando interesses empresariais às ações de políticas públicas. Gerdau atua como investidor, sócio, conselheiro de diversas empresas. Também faz parte do Conselho de Fundadores do TPE. Atua como intelectual orgânico da classe dominante, exercendo papel formulador e difusor nos diversos âmbitos de sua vida, inclusive no aspecto social.

De acordo com o empresariado industrial brasileiro, organizado através da CNI, as mudanças sociais e estruturais no Brasil, como o combate à pobreza e desigualdades depende do desenvolvimento de medidas que permitam às indústrias nacionais competirem, em igualdade de condições, com as estrangeiras. Nesse sentido, além da necessária diminuição dos custos da produção, o empresariado sustenta o pedido da reestruturação do sistema educacional brasileiro, o qual, segundo sua compreensão, não acompanha o crescimento e competitividade internacional.

Assim, o processo formativo da classe trabalhadora perpassa a formação técnica e chega à formação moral e intelectual e conquista do pensamento. É necessário que ela concorde e consinta com as propostas da classe empresarial. Por isso, CDES se põe como um instrumento que permite esta conciliação de classes através da influência de membros da sociedade civil, aqui representados através dos conselheiros e conselheiras, em processos da sociedade política auxiliando na consolidação da hegemonia do pensamento da classe empresarial.

3.2 Projeto de Desenvolvimento e Trabalho/Educação: PDE

A principal política educacional do período estudado foi o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) compromisso “Todos Pela Educação” como política do Ministério da Educação (MEC) no interior do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), maior política econômica e de desenvolvimento do Governo Federal à época. Foi lançado no ano de 2007, simultaneamente à promulgação do Decreto n. 6.094, dispendo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Dada a sua relevância, durante o período estudado, a referida política

educacional foi definida como objeto de investigação com o intuito de compreender como a estratégia da CNI se desdobrou na influência sob a educação brasileira.

Segundo SAVIANI (2007), O PDE teve repercussão positiva por referir-se à questão da qualidade do ensino e tido como um plano que, finalmente, estaria disposto a enfrentar esse problema, focando prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país.

É importante salientar que o PDE, lançado ainda sob a vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) da época (2001) não se constituía um plano no seu sentido próprio, mas um conjunto de ações e metas que, teoricamente, ajudariam o problema de má qualidade da educação brasileira. Mesmo que sem relação direta entre os dois documentos, o PDE funcionaria com estratégia para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE.

O PNE foi convertido em lei em 2001, com vigência até janeiro de 2011. Já o PDE é uma política pública, um conjunto de medidas e metas para o país, estabelecido por decreto. É um ato do poder executivo, não uma lei, e está mais ligado ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que envolve ações em diferentes áreas da economia para impulsionar o crescimento econômico do país.

O PDE, lançado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que foi um programa do governo federal brasileiro, durante o Governo Lula (PT), no ano de 2007, que englobava um conjunto de políticas econômicas, planejadas para os quatro anos seguintes, e que tinha como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil prevendo investimentos bilionários, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, nas áreas como: saneamento, habitação, transporte, energia e outros.

Segundo Lamarão (2019) o PAC “consistia em um conjunto de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, que mobilizava capital público e privado e, segundo os seus idealizadores, teria tido papel fundamental para amenizar os efeitos da crise econômica mundial de 2008 no Brasil”. Dentre as inúmeras medidas iniciais anunciadas pelo governo através do PAC, destacamos o conjunto de medidas anunciada pelo Ministério da educação que levou ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) de 2007. Ainda destaca que:

Segundo documento do BNDES, em março de 2010, Lula lançou o PAC 2, com investimento previsto de 1,59 trilhão de reais, para o período 2011-2014. O foco do programa visava às áreas de alta sensibilidade social, como empreendimentos ligados à moradia e saúde. As medidas adotadas pelo Governo Federal se refletiram em aumento do PIB à taxa de 7,5% em 2010. O mercado interno foi o principal motor da retomada, compensando a queda da demanda externa. O investimento teve uma recuperação ainda mais expressiva, com um aumento de 21,8% em relação ao ano de 2009, voltando para os patamares de antes da crise. No período entre 2007 e 2010, o país conquistou significativos avanços: o PIB cresceu em média 4,6% e foram criados cerca de oito milhões de empregos com carteira assinada. O emprego apresentou um maior crescimento nos setores de rodovias e ferrovias, quase cinco vezes acima da média nacional. Os setores de construção civil e de saneamento também tiveram um bom desempenho, ficando três vezes maior, e o setor de geração e distribuição de energia teve o terceiro melhor índice.” (BNDES, 2012, p. 178 apud LAMARÃO, 2019 p. 133.)

As ações tomadas no âmbito do PAC, em conformação com os ideais da burguesia industrial brasileira, no que Lamarão (2019) chama de “legado do PAC”, significaram oportunidade de lucros altíssimos para os setores da Construção Civil dos ramos de infraestrutura e setor energético que já se beneficiavam do “novo desenvolvimentismo” desde o primeiro governo Lula, por uma série de medidas que foram adotadas a fim de aquecer o setor da construção civil, em geral.

No âmbito da educação, O PDE institui 30 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades, dispositivos fundamentais na constituição de um novo controle sobre os sistemas educacionais. O PDE aparece como um suporte que possibilita a implantação de diversos programas já em desenvolvimento pelo MEC.

Aproveitando o momento, o MEC lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a ele atrelou as diversas ações que já se encontravam na pauta do Ministério. Entre elas, “FUNDEB”, “Plano de Metas do PDE/IDEB”, “Piso do Magistério” e “Formação”, “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guias de tecnologias”, “Censo pela Internet”, “Mais educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital” e outras. A partir desses programas, o PDE se propõe a atingir o objetivo da melhoria da qualidade da educação básica.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo MEC como instrumento avaliativo do nível de aprendizagem dos alunos. Tomava como parâmetros o rendimento dos alunos (pontuação em exames padronizados obtida no final das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª do ensino médio) nas disciplinas Língua Portuguesa e Matemática e os indicadores de fluxo (taxas de promoção, repetência e evasão escolar), em uma escala de 0 a 10. Com a instituição do IDEB, O PDE equiparou a permanência na escola à qualidade do ensino. Os exames nacionais acabam por desconsiderar as especificidades da aprendizagem em diferentes locais. É necessário questionar até que ponto eles de fato medem a qualidade.

No que se refere ao ensino fundamental, foram previstas algumas ações: uma delas é a “Provinha Brasil”, que possuía o objetivo de avaliar o desempenho em leitura das crianças de 6 a 8 anos de idade, com o intuito de verificar se os alunos da rede pública conseguiam chegar aos 8 anos efetivamente alfabetizados (pela qual procurou tornar possível a meta 2 do movimento “Todos pela Educação”, que se propunha a garantir a alfabetização de todas as crianças até os 8 anos de idade); também foi definido o “Programa Dinheiro Direto nas Escolas”, que concederia, como incentivo, um acréscimo de 50% de recursos financeiros às escolas que cumprirem as metas do IDEB e o “Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos”. A “Provinha Brasil” funcionava, sem dúvida, como mais um instrumento que busca interferir na qualidade da educação, incidindo sobre um momento crucial do processo de aprendizagem escolar (SAVIANI, 2007).

O plano também inscreveu algumas ações na educação superior. Arrisco-me a dizer que a maior delas foi o “FIES-PROUNI”, que pretendia facilitar o acesso ao crédito educativo além de permitir o parcelamento de débitos fiscais e previdenciários às instituições que aderirem ao PROUNI.

Neste âmbito, na ascensão ao poder federal, o PT realizou um movimento de aproximação com o empresariado, ocorrendo certo distanciamento de suas bases originárias. O que explica, de certo modo, por que o MEC, ao formular o PDE, o tenha feito em interlocução com a referida parcela da sociedade e não com os movimentos dos educadores (SAVIANI, 2007, p.13). Assim, o PDE assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do “Compromisso Todos pela Educação”. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e convocando a participação de todos os setores sociais, o PDE se constituiu, como um aglomerado de grupos empresariais com

representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN, Real, BancoSantander, Instituto Ethos, entre outros.

A hipótese aqui defendida é de que estas políticas tiveram como arena de elaboração o interior do “Conselhão”, pelo fato de ter sido também definido do PAC sob forte influência da CNI, a começar pela presidência. O Movimento Todos pela Educação tem na figura de Jorge Gerdau a representação de um intelectual orgânico que se manifesta como um elo entre as instituições que faz parte. É um APH da burguesia industrial, com isso a CNI reflete e difunde sua ideologia na educação através dele por meio do Todos pela Educação, que influencia o “Conselhão” que, por fim, delimita as políticas expressas no PDE.

Retomamos o fato de que o PDE foi produzido no contexto do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e teve participação direta da influência empresarial por meio do Movimento Todos pela Educação. Nesse ponto será fundamental o retomar debate que já foi iniciado no capítulo 2 sobre a relação entre a CNI, o Movimento Brasil Competitivo e Movimento Todos Pela Educação. O PDE assumiu como denominação o “Compromisso Todos Pela Educação”, lançado no ano anterior e do qual os próprios ministros da educação dos governos do Partido dos Trabalhadores, Cristóvão Buarque e Fernando Haddad foram sócios fundadores.

Foi no contexto de atuação do Movimento Brasil Competitivo (MBC) que as mesmas forças políticas e econômicas organizadas propuseram elevar os níveis de atuação sobre as políticas educacionais. Assim, em 2005, foi formado o Movimento Todos Pela Educação (TPE), organizado por um grupo de empresários⁴⁰ oriundos do MBC, com objetivo de garantir “a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade” (Site da Instituição). Segundo Oliveira e Barros (2015), as ações

⁴⁰ As empresas mantenedoras e empresas parceiras, que incluem empresas do setor financeiro (Itaú, Bradesco, Santander, HSBC), do setor produtivo (Gerdau, Suzano, Natura e Fundação Lemann, que está ligada às industriais Leco e AmBev), do setor de serviços (Dpaschoal, Telefônica, Microsoft, McKinsey, Saraiva, Patri), do setor de comunicações (ABC, DM9 DDB, Rede Globo, Editora Moderna, Amics, Futura), fundações do terceiro setor ligadas à educação (Instituto Camargo Corrêa, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna) e até Organismos Internacionais (BID) (Site TODOS PELA EDUCAÇÃO).

propostas pelo TPE “estavam em consonância com o movimento internacional da UNESCO/Orealc, que, em 2005, organizou o encontro denominado A Educação como Bem Público e Estratégico, que consistiu, no âmbito regional, o pilar do slogan “Todos pela Educação”.

Em setembro de 2006, o movimento lançou oficialmente o projeto Compromisso Todos Pela Educação, elaborado para impulsionar as ações do organismo. O projeto foi lançado no congresso intitulado “Ações de Responsabilidade Social em Educação: Melhores Práticas na América Latina”, realizado em São Paulo. No lançamento a organização se autodefine da seguinte maneira:

O Todos Pela Educação é um movimento da sociedade civil brasileira que tem a missão de contribuir para que até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegure a todas as crianças e jovens o direito a Educação Básica de qualidade. Apartidário e plural, congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e todas as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. O Todos Pela Educação é uma instituição que atua como produtora de conhecimento, fomentadora e mobilizadora. Os objetivos do movimento são propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhoria da gestão desses recursos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014).

Desde 2014, o TPE se transformou em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e mantém, na América Latina e Caribe, uma intensa articulação com um conjunto de organizações empresariais que tem atuado sobre a educação na região. Segundo Lamosa (2017), a entrada das organizações representativas da classe dominante no interior da escola é um fenômeno internacional, tendo, destacadamente nos últimos trinta anos, grande impulso a partir das conferências e programas que definiram uma agenda de reformas nos Estados nacionais, com grandes desdobramentos na educação pública. Nesse contexto, uma grande quantidade de políticas públicas e uma intensa campanha na imprensa se responsabilizaram por realizar a mobilização empresarial. Os desdobramentos dessas iniciativas têm assimilado docentes às estratégias de dominação e hegemonia do capital, reproduzindo no espaço escolar uma imagem associada à responsabilidade social e ambiental.

Além do empresariado, participaram da construção deste movimento representantes de diversos segmentos da sociedade brasileira, como gestores públicos, educadores, pesquisadores, profissionais de imprensa e as pessoas e as organizações sociais “que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade”. O movimento também integra a Reduca, (Rede latino-americana de organizações da sociedade civil para Educação): rede criada, em 2011, em parceria como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e reúne atualmente quinze organizações⁴¹

A declaração de constituição da Reduca traça os seguintes objetivos para a organização: 1) Trabalhar em conjunto para a garantia do direito à educação de qualidade para toda a criança e jovem; 2) Trocar conhecimentos e aprender coletivamente; 3) Ter uma voz coletiva no nível regional. A direção da rede é feita por uma coordenação, eleita no congresso fundacional, formada por três organizações fundadoras: Todos Pela Educação (Brasil), Educación 2020 (Chile) e Mexicanos Primero (México).

Neste sentido, o movimento Todos pela Educação tem conseguido dar a direção política para educação pública em todo país, o que pode ser comprovado através da influência do movimento na legislação educacional do governo Lula. Em 2007, o governo lançou um projeto de desenvolvimento para país denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Nessa ocasião, foi confirmada a intenção governamental de, em pouco tempo, apresentar um programa idêntico para o setor educacional. Assim, o PDE foi apresentado como PAC da educação. Desse modo, esse programa retomou todos os compromissos e acordos anteriormente assumidos pelo MEC, baseados nas determinações internacionais dos organismos para educação da América Latina. Entre as propostas contidas no PDE, destaca-se a ênfase na cultura do resultado, materializada com a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁴². A finalidade desse índice é verificar o cumprimento das metas fixadas

⁴¹ Argentina (Proyecto Educar 2010), Brasil (Todos Pela Educação), Chile (Educación 2020), Colômbia (Empresarios por la Educación), Equador (Grupo Faro), El Salvador (Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo - Fepade), Guatemala (Empresarios por la Educación), Honduras (Fundación para la Educación Ernesto Maduro Andreu - Ferema), México (Mexicanos Primero), Nicarágua (Foro Educativo Nicaragüense "Eduquemos"), Panamá (Unidos por la Educación), Paraguai (Juntos por la Educación), Peru (Empresarios por la Educación), República Dominicana (Acción por la Educación – Educa) e Uruguai (ReachingU).

⁴² Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado e divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), com base no desempenho dos estudantes em avaliações (Prova Brasil,

no Termo de adesão ao Compromisso Todos pela Educação. As metas do Todos pela Educação também foram incorporadas ao novo Plano Nacional de Educação (2014), aprovado pelo congresso nacional e sancionado pela presidente Dilma Rousseff (PT).

O PDE é um exemplo da hegemonia estabelecida entre capital, trabalhadores e governo acerca da educação e, por conseguinte, da aproximação do governo Lula com os empresários. Em entrevista durante a reunião do Fórum de Líderes do WorldSkills, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a educação profissional é o caminho para os jovens alcançarem a cidadania plena por meio do trabalho:

Quem nunca precisou procurar emprego não sabe a importância de um curso profissionalizante. Quando a gente sai para procurar emprego e não tem uma profissão, a gente não é ninguém”, disse. À medida que se tem uma profissão – ressaltou ele – você passa a ser valorizado em qualquer lugar do Brasil e do mundo.” Lula lembrou ainda da importância da formação técnica para a economia dos países. “A mão de obra no Brasil é considerada cara. Para contornar esse problema, é preciso que estado e empresários trabalhem juntos (PORTAL DA INDÚSTRIA).

No ano seguinte a fundação do TPE, é lançado o PDE assumindo o slogan do movimento empresarial e seus princípios e metas. Isso está expresso ao longo das vinte e oito diretrizes propostas pelo PDE que expressam a necessidade da instituição de novos mecanismos de regulação sobre a gestão do trabalho escolar e a realização de parcerias com a sociedade civil, em um processo de responsabilização (*accountability*) de professores e gestores.

Neste âmbito, uma das iniciativas foi a criação, pelo governo federal, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, que oferece matrículas gratuitas em curso de escolas das instituições do sistema S, como o SENAI e SENAC. Tanto os empresários industriais e do ensino como o Poder Executivo defendem o pressuposto de que a educação deve contribuir para a integração do país à economia (capitalista) mundial, ou, como formulou o IEL (1999b, p. 14), a “Educação e conhecimento para a competitividade”. A concepção compartilhada entre a

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb, Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM) realizadas ao final do 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3ª ano do ensino médio, combinado com os dados do censo escolar (reprovação e evasão).

burguesia industrial e o Governo Lula da Silva, que em grande medida reafirma a teoria do capital humano.

Neste contexto, um dos desdobramentos, a partir do PDE, com forte influência empresarial foi a formação dos Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), elaborada pelo movimento empresarial Todos Pela Educação, aprovada e normatizada pela Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 1, de 23 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012b). É possível notar que a proposta dos ADEs explicita o regime de colaboração entre Estado e empresariado no papel de fundações e associações de empresas que atuam no setor educacional ao propor um formato de colaboração horizontal. (CARVALHO e PIRES, 2020)

CONCLUSÃO

É possível compreender que a classe empresarial brasileira possui uma consciência nítida de sua posição no mundo capitalista, especialmente no que diz respeito a difundir sua posição. Através de reformas no ambiente educacional, pautam-se demandas, por parte do empresariado, de uma ação do Estado que reafirme as necessidades de eficiência, qualidade, agilidade e transparência e regularidade normativas que o mercado exige. Desse modo, o Estado cumpriria o seu “verdadeiro papel”, ou seja, o de ser um mediador fundamental para o desenvolvimento do país, outra bandeira considerada “universal”.

Programas como o PDE e o PLANFOR, discutidos e mediados através de instituições presentes na sociedade civil, em especial da burguesia industrial, atuam de maneira a enraizar e difundir o pensamento da CNI. Fica clara a ambição da burguesia industrial de transformar seu projeto de classe num projeto de nação, num claro posicionamento de luta hegemônica, conforme Gramsci (1989; 1991). MELO (2010) afirma “Na verdade, o ponto de partida da análise dos industriais a respeito da nação está na imperiosa necessidade de que o país passe por uma série de reformas que modifique favoravelmente ao capital o ambiente econômico e institucional”.

O empresariado procura, de fato, influir no projeto hegemônico de educação básica, tornando-o senso comum na sociedade, devido à importância que tem a formação dos futuros trabalhadores da indústria. Diante disto, podemos considerar que a burguesia industrial brasileira tem influenciado tanto na elaboração quanto na execução das políticas públicas, em especial na educação, através dos seus intelectuais orgânicos, tal como ocorreu com o PDE.

Dessa maneira, percebe-se que a CNI atua através da repartição de responsabilidades com o Estado através da representação e influência dos seus intelectuais orgânicos nas duas esferas do Estado Ampliado. Tal processo influencia a política educacional com a inserção de valores e práticas vinculadas ao mercado.

ANEXOS

TABELA I

Infraestrutura	Total Brasil	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro- Oeste
Unidades Fixas	589	43	94	229	173	50
Unidades Móveis	457	38	108	140	69	102
Infraestrutura Atuação	Total Brasil	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro- Oeste
Faculdade de Tecnologia	6	0	2	0	1	3
Instituto SENAI de Tecnologia	35	1	7	7	14	6
Instituto SENAI de Inovação	17	2	2	7	5	1
Centro de Formação Profissional	474	40	80	182	136	36
Atuação Conjunta	57	0	3	33	17	4

*Tabela desenvolvida pela pesquisadora tendo como base as informações disponíveis no site da CNI, o Portal da Indústria (Acesso em jul/20).

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo** (In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. **Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.**

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2ª Ed. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **A Substância da Crise (Introdução)**. In: MÉSZÁROS, István. **A BRASIL**. Ministério da Educação. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília, DF: SEFOR, 1995

BRASIL. **Lei 9.790/1999** de 23 de março de 1999. **Regulamentada** pelo Decreto 3.100/1999

BRESSER – PERERIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In:_. (Org). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro; Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p.15-48.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília (DF): Câmara da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em junho de 2018.

BOITO JUNIOR. **Burguesia no governo Lula**. Crítica Marxista, Rio de Janeiro, n. 21, p. 52-77, 2005

CANO Wilson, Ana Lucia Gonçalves da Silva. **Política industrial do governo Lula**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 181, julho 2010. ISSN 0103-9466

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Editora. Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Keila. **Autocracia burguesa e a práxis revolucionária de Florestan Fernandes**. *Revista Katálysis* [online]. 2021, v. 24, n. 1, pp. 109-118. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74976>>. Epub 23 Abr 2021. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74976>.

CEPAL, UNESCO. **Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria del desarrollo de America Latina y el Caribe en los años noventa** (LC/G. 1601-P), Santiago do Chile, março, 1990.

_____. **Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade**. Brasília: IPEA/CEPAL/UNESCO, 1995. 57

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A Frente Liberal Ultraconservadora no Brasil – reflexões sobre e para além do Movimento Escola Sem Partido**. 2018. Dissertação (mestrado em Educação) – UFRRJ/Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil**. Serviço Social da Indústria, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. – Brasília: CNI, 2007.

_____. **Portal da Indústria, Transparência SENAI**. Disponível em <<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/canais/transparencia/dados-de-infraestrutura/>> Acesso em mai/20.

_____. **Portal da Indústria, Relatórios Anuais (2006 a 2016)**. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/download/>

_____. **Portal da Indústria, Educação profissional dá cidadania plena**. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/educacao/educacao-profissional-da-cidadania-plena-diz-ex-presidente-lula/>>

_____. **Educação básica e formação profissional: uma visão dos empresários**. Rio de Janeiro: CNI/SENAI, 1993.

_____. **Educação para o mundo do trabalho: Documento Conceitual.** Brasília: CNI, 2013.

_____. **Emprego na indústria: evolução recente e uma agenda de mudanças.** Rio de Janeiro: CNI, 1997.

_____. **Mapa estratégico da indústria: 2007-2015.** Brasília, DF: CNI, 2005.

_____. **Educação para a nova indústria: uma ação para o desenvolvimento sustentável do Brasil.** Brasília, DF: CNI, 2007.

_____. **A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor.** Brasília, DF: CNI, 2010a.

CONFERÊNCIA Mundial de Educação para Todos. **Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.** Brasília, DF: UNIFEC, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A hegemonia da pequena política** *In* *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira.* Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizek (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O leitor de Gramsci.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009

DELORS, Jacques (Org.). **Educação um tesouro a descobrir: Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1996).** 6ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade.** São Paulo: Abril Cultural, 1988.

GUIOT, André Pereira. **Dominação burguesa no Brasil: estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010.** Universidade Federal Fluminense, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 1. Introdução ao estudo da filosofia – A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Vol. 2. Os intelectuais, O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Vol.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere.** Vol. 4Temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v.4. 394 p 58

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo, Loyola: 1994.

_____. **Os limites do capital.** Boitempo,2013.

HAYEK, F. A. **Os princípios de uma ordem social liberal.** In: CRESPIGNY, A. & CRONIN, J. *In Ideologias políticas* 2 ed. Brasília: UNB, 1999.

HOBSBAWN, E. **A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)** São Paulo Companhia das Letras, 1995.

Instituto Euvaldo Lodi. Núcleo Central. **Relatório anual 2006.** – Brasília: IEL /NC, 2007.

_____. **IEL Relatório Anual 2007:** a indústria faz e o IEL aprimora a gestão empresarial/ IEL/ NC. – Brasília, 2008

_____. **Relatório anual 2008 do IEL / IEL.** Núcleo Central. – Brasília, 2009.

_____. **Relatório anual 2009/IEL/NC.** – Brasília, 2010.

_____. **Relatório anual 2010 / IEL/NC.** – Brasília, 2011.

LAMARÃO, Marco Vinícius Moreira. **O COMPERJ Na educação do Leste Fluminense: as estratégias do empresariado para educar os trabalhadores e o impacto da crise recente. (2008-2016)**. Rio de Janeiro, 2019.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. Curitiba: Appris, 2016.

_____ Estado, classe social e educação: uma análise crítica da hegemonia do agronegócio. 2014.434 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ,2014.

_____ **A nova ofensiva do capital na américa latina: Todos pela Educação?** XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, 2017.

LONGO, Luci; PACHECO, Vicente; GOULART, Érica. **Evolução histórica das organizações do terceiro setor no brasil: aspectos legais, formato jurídico, certificações e desafios atuais**. (2014)

MARE. **Plano Diretor da Reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, Nov. 1995. 59

MARTINS, André Silva e NEVES, Lúcia (org). **Educação Básica: Tragédia Anunciada**: São Paulo: Xâma, 2015. 208p

MELO, Alessandro de. **A educação básica na proposta da Confederação Nacional da Indústria nos anos 2000**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 29-45, 2012.

MELLO, Livia Mouriño de. **Os empresários e as políticas públicas em educação básica no Brasil contemporâneo: a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na construção do Novo Ensino Médio (2013-2018)**. Niterói, 2020

MENDONÇA, Sonia R. de. **O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica**. Marx e o Marxismo v.2, n.2, jan/jul 2014.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NEVES, Lúcia M. **Direita para o social, esquerda para o capital 2010.**

_____(Org.). **A nova pedagogia da hegemonia. Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo, Editora Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Ramon de. **O empresariado Industrial e a educação brasileira. Revista Brasileira de Educação.**Jan/Fev/Mar/Abr 2003 N° 22

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA; CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO, AÇÃO EDUCATIVA. **Educação para Todos: o compromisso de Dacar.** Brasília, DF, 2001.

_____**Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** Brasília, DF: Unesco, 2010.

RODRIGUES, José dos Santos. **O moderno príncipe industrial: o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria.** Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____, **Frações burguesas em disputa e a educação superior no Governo Lula.** Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Ciência Política. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007

SAVIANI, Demerval. **O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DO PROJETO DO MEC.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. e EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 3 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Érica Cruz e. **Atuação do empresariado Brasileiro no governo Lula: o Posicionamento da CNI sobre Questões Internacionais.**' 01/09/2011 72 f. Mestrado em CIÊNCIA POLÍTICA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

SILVA, Fabrício Fonseca e LAMOSA, Rodrigo. **ESTADO, CLASSE DOMINANTE E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS PROPOSTAS E DAS AÇÕES DO MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.** In *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.13, n.1, p.138-151, abr. 2021. ISSN: 2175-5604

SPINACE, OTAVIO "A BURGUESIA INDUSTRIAL EM CONFLITO: A TRAJETÓRIA DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA ENTRE O NEOLIBERALISMO E O NEODESENVOLVIMENTISMO. Campinas, SP, 2019.

TIRADENTES, Aparecida. **Pedagogia do mercado: neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI.** Ibis Libris. Rio de Janeiro, 2012

TODOS PELA EDUCAÇÃO (Site). Disponível em <https://www.todospelaeducacao.org.br/> Acesso em Maio de 2019

TUÃO, Renata Spadetti. **A CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: DETERMINANTES SÓCIO-HISTÓRICOS DO PROJETO DE CONCERTAÇÃO NACIONAL.** Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (2018)